



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as),

Os Administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("Conasa") apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Balanço Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

### Resiliência e resultados ao longo de um ano desafiador.

- ✓ 129 novos empregos diretos gerados;
- ✓ 100% dos compromissos financeiros atendidos;
- ✓ 2 novos projetos: Via Brasil BR-163 e Águas do Sertão;
- ✓ Incorporação dos ativos da Zetta Infraestrutura;
- ✓ Entrada do Acionista Generate Capital com aporte de R\$ 395 milhões;
- ✓ 60% de crescimento da receita operacional líquida;
- ✓ 235% de aumento no lucro líquido.

### ÁGUAS DE ITAPEMA:

Encerramento no exercício de 2021 do Plano de Investimentos do ciclo 2019-2021 que incluiu principalmente:

- ✓ Expansão do Reservatório de Água Bruta e captação para 500.000 m<sup>3</sup>
- ✓ Ampliação da Capacidade de tratamento de água em 125 litros por segundo (l/s), totalizando 698 l/s;
- ✓ Substituição de aproximadamente 12 mil hidrômetros, cerca de 80% dos hidrômetros do sistema;
- ✓ Expansão da rede de coletora de esgoto em 37 km, totalizando 182 km;
- ✓ Implantação de 7 Estações Elevatórias de Esgoto, totalizando 23 EEs no sistema;

### SANESALTO:

- ✓ Segundo ano de lucro líquido consecutivo: R\$ 5,9 e R\$ 4,2 milhões, em 2020 e 2021, respectivamente.

### SANETRAT:

- ✓ Certificação ISO 9001; ISSO 14001 E ISO/EC 17025.

### VIA BRASIL:

- ✓ Assinatura de contrato de empréstimo junto ao BNDES de R\$ 200 milhões;
- ✓ certificação ISO 14001.
- ✓ Primeiro ano integral de operações;
- ✓ 3ª emissão de debêntures no valor de R\$ 135 milhões em 2021.
- ✓ Certificado ISO 14001

### MT-246:

- ✓ Início das obras em julho;
- ✓ 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 65 milhões

### BR-163:

- ✓ Integralização de capital no valor de R\$ 407 milhões
- ✓ Início de mobilização das máquinas e equipamentos;

### TERESINA LUZ:

- ✓ 93.632 luminárias substituídas por LED;
- ✓ Finalização dos investimentos no parque de iluminação 100% em LED.

### SANEMA:

- ✓ Entrega das obras de locação de ativos
- ✓ Início do recebimento da receita mensal de locação;

### SE O FUTURO PEDE, A CONASA FAZ.

Por que fazemos, Nosso perfil e nossos valores

Ao longo de quinze anos de existência, a Conasa consolidou sua presença no cenário nacional de investimentos e obteve o reconhecimento e a confiança do mercado.

Sediada em Londrina, PR, a Conasa Infraestrutura está presente em 9 estados do Brasil, com 25 empresas que atuam nos segmentos de saneamento, energia e rodovias, setores relevantes para o desenvolvimento do país e ainda carentes de investimentos. O crescimento consistente em diversos cenários é o reflexo de uma sólida trajetória no mercado nacional de infraestrutura, priorizando a qualidade e a sustentabilidade. Assim, contribuímos para o desenvolvimento do país, por meio de investimentos que vêm somar-se ao esforço do poder público em diversos setores levando infraestrutura e serviços de qualidade à população.

**Crescimento, desenvolvimento, qualidade e diversificação na prestação de serviços públicos de infraestrutura à população: esse é o nosso jeito de construir o futuro.**

Em 2021, ampliamos nosso capital com a entrada do fundo norte-americano de investimentos Generate Capital, empresa líder em infraestrutura sustentável que possui e opera mais de 2.000 ativos em toda a América do Norte, baseando-se no conceito 4D: Distribuir, Descarbonizar, Digitalizar e Democratizar. Com esse primeiro investimento na América Latina, a Generate passou a integrar o quadro de acionistas da Conasa com coparticipação no controle da empresa.

Ampliamos também nossa participação nos projetos Via Brasil MT100, MT320, MT246, Sanema e Luz de Belém, com a incorporação da Zetta Infraestrutura e Participações.

Ao longo do ano, vieram somar-se a nosso portfólio dois novos empreendimentos:

- **Águas do Sertão** - criada pelo consórcio Alagoas, formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento, após a obtenção do contrato de concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B), que vai beneficiar mais de 560 mil habitantes.
- **Via Brasil BR163** - criada pelo Consórcio Via Brasil, liderado pela Conasa, que venceu a concessão para a gestão de mais de 1.000 km da Rodovia BR-163, em Mato Grosso até o porto de Miratituba-PA, uma importante rota de escoamento de grãos, considerada a principal rodovia da "rota da soja", que receberá R\$ 2 bilhões em investimentos e serviços de qualidade.

Finalmente, asseguramos mais de R\$ 540 milhões em novos financiamentos e captações para investimentos em nossos projetos de infraestrutura. Dentre eles, destacam-se a emissão de debêntures da Via Brasil MT320 coordenada pelo ABC e BTG, com prazo de 15 anos e valor de R\$ 135 milhões, que obteve rating AA da Fitch e a emissão de debêntures da Via Brasil MT246 no valor de R\$ 65 milhões. Já a MT100, contratou junto ao BNDES crédito de R\$ 200 milhões lastreado somente em garantias advindas do próprio projeto (receitas e direitos da concessão), modalidade de financiamento project finance não recorre destinado pela 1ª vez à rodovia de pequeno porte.

### Nossa missão

Prestar serviços em setores de infraestrutura como saneamento, energia e rodovias de forma sustentável, com elevada qualidade e respeito ao meio ambiente, gerando valor para usuários, investidores, colaboradores e parceiros.

### Nossa visão

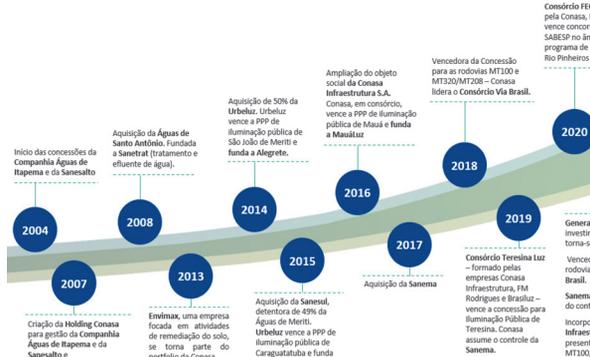
Ser reconhecida como empresa de excelência no setor privado, nas áreas de sua atuação.

### Nossos valores

- Transparência
- Respeito
- Ética
- Profissionalismo
- Integridade
- Solidariedade
- Prevenção
- Enfrentamento

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

## Linha do Tempo do Grupo Conasa



2. O que fazemos, O Grupo Conasa **Atuamos nos setores de saneamento, energia e rodovias, investindo na expansão da infraestrutura de serviços essenciais no Brasil.**

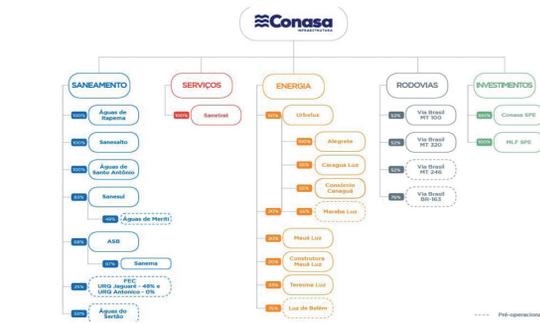
Voltada inicialmente para serviços de saneamento, a Conasa é hoje uma plataforma de investimento em concessões de infraestrutura de médio porte, com ativos operacionais desde 2004 nos segmentos de saneamento, rodovias e iluminação pública. No intuito de integrar as especificidades de cada setor, a empresa abriga cinco grandes áreas, que gerenciam as unidades operacionais de cada segmento:

- Conasa Saneamento
- Conasa Serviços
- Conasa Energia
- Conasa Rodovias
- Conasa Investimentos

**PRESENTE NAS 5 REGIÕES DO BRASIL**

25 empresas  
509 empregos diretos  
9 estados brasileiros

Alagoas, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.



### DESTAQUES EM 2021

**Em meio à crise sanitária mundial, realizamos todos os investimentos previstos e alcançamos os resultados esperados.**

Mesmo diante do cenário adverso que surpreendeu o mundo a partir de 2020, tivemos sucesso na implementação dos projetos previstos nos anos precedentes. Os recursos captados foram integralmente investidos conforme os compromissos assumidos e os resultados esperados puderam ser entregues, evidenciando a capacidade da Conasa em planejar, viabilizar e executar seus projetos.

Encerramos o ano com todos os compromissos respeitados - financeiros e contratuais - e um crescimento de 60% na receita líquida consolidada em relação ao ano anterior.

A receita líquida encerrou 2021 em **R\$ 451.721** contra **R\$ 282.620** em 2020, em decorrência do aumento de investimentos em obras, que elevam receitas de construção e do aumento da remuneração dos ativos de contrato como reflexo do aumento da base de ativos. A receita líquida do exercício já contempla a consolidação de 1 de dezembro em diante dos resultados apurados nas investidas Via Brasil MT100 e Via Brasil MT320, de R\$4.236 e R\$ 4.099, respectivamente, em consequência da incorporação das participações adicionais de 12% anteriormente detidas pela Zetta Infraestrutura.

O EBITDA Consolidado encerrou 2021 em **R\$ 255.695** contra **R\$ 117.169** em 2020, fruto sobretudo do aumento de receitas operacionais líquidas no exercício.

O Lucro Líquido consolidado encerrou o exercício de 2021 em **R\$ 193.481** ante um resultado de **R\$ 57.746** em 2020, fruto não somente do aumento de receita operacional líquida mais também do resultado financeiro positivo do exercício.

Para nós da Conasa Infraestrutura, os principais resultados a comemorar em 2021 são a comprovação da solidez da empresa e de nossa capacidade de resiliência diante de uma crise de graves e amplas consequências e também a conquista de dois projetos transformacionais nos principais segmentos de atuação da Conasa: a concessão da rodovia federal BR 163 entre Mato Grosso e Pará e a concessão de saneamento dos 34 municípios integrantes do bloco B de Alagoas.

Executamos os investimentos previstos, principalmente no ciclo 2019-2021, e os resultados expressivos de 2021 refletem os resultados positivos anteriormente esperados, que se intensificarão nos próximos exercícios.



Abastecimento de água | Coleta e tratamento de esgoto

**Ampliar o acesso ao saneamento básico no Brasil revela-se essencial e urgente. A Conasa está presente, investindo com responsabilidade e contribuindo para a universalização do Sistema de Água e Esgoto no país.**

Com o amparo de políticas públicas adequadas e fundamentação na legislação vigente, operamos no segmento de saneamento básico em regime de concessão nos municípios de Itapema (SC) e Salto (SP) e também por meio de um contrato de locação de ativos em Maceió (AL). Por intermédio do consórcio FEC, participamos do programa da SABESP para despoluição e recuperação da qualidade da água do Rio Pinheiros, em São Paulo.

Em 2021, o Consórcio Alagoas passou a integrar o Grupo Conasa, com a empresa **Águas do Sertão**, que responde pela concessão da coleta e tratamento de esgoto em 34 municípios do estado.

**Águas do Sertão**  
**Concessão plena (água e esgoto) | 2022 a 2057**  
**Interior de Alagoas**

**34 municípios**  
**560 mil beneficiados**  
**R\$ 1,2 bilhão** de investimentos

**A partir de 2022, Águas do Sertão assume a gestão do saneamento básico em 34 municípios do interior de Alagoas.**

A companhia foi criada pelo Consórcio Alagoas, que venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B), compreendendo mais de 560 mil habitantes. Além do pagamento de R\$ 1,215 bilhão relacionado ao lance vencedor para obtenção da outorga, o contrato prevê investimentos de aproximadamente R\$ 1,200 bilhão, sendo R\$ 393 milhões para o abastecimento de água e R\$ 807 milhões para a coleta e tratamento de esgoto.

Nos municípios atualmente atendidos pela CASAL, a companhia realizará os serviços comerciais e de distribuição de água, e o esgotamento sanitário. Já nos municípios atendidos atualmente pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), serão prestados os serviços de água e esgoto em sua totalidade.

Em Alagoas, apenas 23% da população tem acesso à coleta de esgoto e 76% à distribuição de água tratada, segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). A meta é alcançar a universalização até 2033, com 100% de abastecimento de água e 90% do tratamento de esgoto.

**SANEMA Saneamento de Maceió**  
**Contrato de Locação de ativos de tratamento de esgoto | 2021 a 2049**  
**Maceió - AL**  
**R\$ 174 milhões** investidos até 2021  
**94%** dos investimentos contratuais realizados  
**82km** de rede coletora de esgoto  
**17** estações elevatórias de esgoto  
**+73 mil** habitantes com acesso à coleta e tratamento de esgoto

**A cidade de Maceió recebeu da Sanema a estrutura de coleta e tratamento de esgoto com capacidade para atender 130 mil habitantes.**

No mês de setembro, a Sanema entregou as obras previstas no contrato de locação de ativos à CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas). A estação de tratamento (ETE) Caçador tem capacidade para receber e tratar 238 litros de esgoto por segundo, empregando o processo MBBR (Moving Bed Biofilm Reactor), seguido de Decantador secundário, por via biológica, que apresenta eficiência superior a 90% na remoção de matéria orgânica.

Com 82km de extensão, a rede coletora cobre 100% dos domicílios do perímetro do contrato, beneficiando uma população de 73.250 habitantes, com capacidade de atendimento a 130 mil pessoas, crescimento previsto para os próximos 30 anos, período de vigência do contrato de Locação de Ativos, firmado entre a SANEMA e a CASAL.

Em novembro de 2021 a Sanema iniciou o recebimento do VML (valor mensal de locação) dos ativos construídos.

**Conasa Águas de Itapema**  
**Concessão plena (água e esgoto) | 2004 a 2044**  
**Itapema - SC**  
**R\$ 222 milhões** Investidos até 2021  
**100%** da população com acesso à água tratada  
**85%** da população com acesso à coleta de esgoto  
**mais de 9 milhões de litros** em reservatórios de água tratada  
**mais de 500 milhões de litros** de água bruta armazenada  
**698 litros/segundo** capacidade de produção de água potável  
**450 litros/segundo** capacidade de tratamento de esgoto

**Com 537 novas ligações, acompanhamos o crescimento do município, assegurando a distribuição de água potável a 100% da população de Itapema, uma das cidades com o metro quadrado mais valorizado do país.**

Em 2021, ampliamos a Estação de Tratamento de Esgoto, que passou a contar com um sistema de Pré-Tratamento totalmente automatizado e mais eficiente. O uso de novas tecnologias, como os sistemas de lodo ativado, decantação, desidratação de lodo e desinfecção, elevaram a capacidade de tratamento da ETE de 250 litros por segundo para 450 litros por segundo.

Atuando há 17 anos no município, com o desafio de abastecer com água tratada e de qualidade toda a população fixa e flutuante que sofria com a falta de distribuição regular de água, principalmente durante as estações de verão, e de iniciar a implantação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, até então inexistente, a Conasa mudou a realidade da população com investimentos contínuos, técnicas modernas e compromisso com a gestão de qualidade das operações e o respeito ao meio ambiente.

Hoje, com mais de R\$ 222 milhões investidos pela companhia em infraestrutura de saneamento, Itapema se destaca entre os municípios mais bem assistidos com distribuição de água potável e sistema de coleta e tratamento de esgoto. Enquanto o índice de atendimento da população no Brasil, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), é de 84,1% para a distribuição de água tratada, Itapema atende 100% da sua população urbana. Com relação à coleta de esgoto, 85% da população de Itapema é beneficiada com o serviço contra apenas 55% do total dos brasileiros. Na região Sul, a parcela da população com coleta de esgoto é de 47,4%, percentual ainda mais baixo que a média nacional.

Entre os benefícios econômicos, um impacto positivo na valorização imobiliária, com forte reflexo no turismo. Em 2020, Itapema teve a segunda maior valorização imobiliária do país. Essa movimentação é sinônimo de maior fluxo na economia local, potencializando a geração de emprego, incentivo ao empreendedorismo e aumento na arrecadação pública.



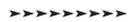
**Sanesalto**  
**Concessão de tratamento de esgoto | 2007 a 2032**  
**Salto - SP**  
**R\$ 73 milhões** Investidos até 2021  
**98%** do esgoto afastado tratado

**Há 15 anos sob a gestão da Sanesalto, o município é exemplo de sucesso na ampliação do acesso ao saneamento básico mediante o aporte de investimentos da iniciativa privada.**

O município de Salto, no Estado de São Paulo, viu o nível de tratamento de esgoto crescer de 19,7% (2007) para 70% já nos três primeiros anos de gestão da Sanesalto. Além da construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), os investimentos da Conasa permitiram ainda a instalação de onze elevatórias na cidade, assegurando atualmente o acesso à rede coletora a 98% da população. Dotada desde 2016 do nível terciário de tratamento, tecnologia que otimiza a remoção da carga orgânica do efluente tratado, a ETE Santa Isabel trata 100% do efluente coletado e despejado no rio Tietê e está dimensionada para atender o crescimento do município nos próximos 20 anos.

**Consórcio FEC**  
**SABESP - Programa Novo Rio Pinheiros**  
**Tratamento de esgoto | 2020 a 2030**  
**São Paulo - SP**  
**R\$ 87,4 milhões** em investimentos estimados  
**A Conasa integra o programa Novo Rio Pinheiros, contribuindo na despoluição deste importante rio no coração da capital econômica do país.**

O consórcio FEC, constituído pela Conasa, Etesco e Fast, deu início à construção da Unidade de Recuperação da Qualidade da Água - URQA Jaguaré, para o tratamento do esgoto lançado no córrego Jaguaré, afluente do Pinheiros. Prevista para entrar em operação no primeiro semestre de 2022, a URQA será dotada de uma etapa adicional de oxidação por ozônio. Firmado em agosto de 2020, o contrato compreende a implantação, operação e manutenção de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas (URQAs) e faz parte do programa Novo Rio Pinheiros, que estabelece um plano de ações socioambientais de saneamento e para a despoluição do rio.





Saneamento Industrial

**Além de prevenir a contaminação do solo, de águas superficiais, de lençóis freáticos e do ar, preservando os recursos naturais no presente e para as gerações futuras, o tratamento de efluentes industriais reveste igualmente um aspecto de impacto econômico.**

A complexidade e o alto custo de investimento no processo de tratamento tendem a motivar as empresas a buscar a terceirização do serviço, solução adotada por grande número de indústrias, independentemente do porte, assegurando que todo o processo seja operado por especialistas, dentro de estações de tratamento específicas para este fim nas instalações da empresa (onsite) ou em plantas de propriedade da terceirizada (offsite), respeitando as exigências legais para a destinação final dos resíduos.

Sanetrat Saneamento

**Salto-SP**  
**Crescimento em desempenho e novos clientes em 2021: EucaTex, Bosch, WR Greice e Fersol passam a contar com os serviços de tratamento de efluentes da Sanetrat.**

**AO TÉRMINO DO ANO SUPERAMOS O RESULTADO DE 2020 EM MAIS DE 4%, MESMO EM UM PERÍODO DE MUITA SECA, FATOR COM IMPACTO DIRETO NOS RESULTADOS DA SANETRAT.** O foco em planejamento estratégico trouxe melhoria nos controles e processos, culminando na certificação ISO 14001:2015 e revalidação ISO 9001:2015 e ISO/IEC 17025:2017 com a implantação do sistema de Gestão Integrado (SGI).

Durante o período de redução das atividades em razão da pandemia, foram intensificados também os processos de conservação e manutenção dos equipamentos, de extrema importância para a extensão da sua vida útil e garantia da qualidade dos serviços oferecido a nossos clientes.

**A SANETRAT ATUA NO TRATAMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS E RESIDUAIS, ATENDENDO CLIENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO PARA CLIENTES OFFSITE, E EM TODO O BRASIL PARA CLIENTES ONSITE.** Equipada para a realização de várias operações unitárias que incluem separação entre água e óleo, remoção de metais pesados – incluindo cromo hexavalente – e tratamento biológico por bateladas (SBR), a planta industrial da companhia está apta a tratar diferentes tipos de efluentes industriais, tais como soluções oleosas, soluções ácidas e alcalinas concentradas, metais pesados e efluentes com elevada carga orgânica, além de efluentes com traços de hidrocarbonetos e solventes clorados.



**O aporte de investimentos em novas tecnologias representa uma oportunidade de redução significativa do consumo e melhoria da qualidade da iluminação.**

A velocidade da urbanização no mundo atual exige soluções inovadoras que representem novas oportunidades para a gestão pública. Ordenamento do tráfego e segurança pública são alguns dos benefícios hoje relacionados à iluminação pública, conduzindo a cidades mais inteligentes e conectadas.

Luz de Belém

**Concessão de iluminação pública | 2022 a 2035 (prazo estimado)**  
**Belém - PA**  
**R\$ 80 milhões** em investimentos previstos  
**90 mil** Pontos de iluminação

**Segunda capital do país em que a Conasa assume o compromisso de modernização, manutenção e operação do parque de iluminação pública, Belém se prepara para a inovação tecnológica das "smart cities".**

Com a previsão de início da operação em 2022, o Consórcio Luz de Belém tem o compromisso de substituir mais de 90 mil pontos pela tecnologia LED e de expandir o parque para 101 mil pontos ao longo dos 13 anos de concessão. O município de 1,5 milhão de habitantes (estimativa IBGE 2020) receberá projetos de iluminação especial em cerca de 40 pontos turísticos, além do aporte de novas tecnologias de telegestão.

Teresina Luz

**Concessão de iluminação pública | 2020 a 2040**  
**Teresina - PI**  
**R\$ 104 milhões** de investimentos realizados até 2021.  
**98,5 mil** Pontos de iluminação

**100% da migração para LED entregue 3 meses antes do previsto em contrato e o compromisso com a qualidade no serviço à população.**

Com 90% do parque substituído por LED em dezembro de 2021, a Teresina Luz prepara-se para entregar à população a totalidade dos pontos de iluminação com a nova tecnologia instalada em março de 2022, 3 meses antes da data prevista no contrato de concessão.

O modelo de PPP de Iluminação Pública de Teresina, foi o primeiro estruturado pelo BNDES dentro do seu programa de concessões e já é referência para outros municípios.

Caraguá Luz

**Concessão de iluminação pública | 2015 a 2041**  
**Caraguatuba - SP**  
**R\$ 70,3 milhões** investidos até 2021  
**25,3 mil** pontos de iluminação  
**91% LED**  
**54%** de redução no consumo de energia

**Eficiência energética e iluminação pública de qualidade com alto desempenho luminotécnico e de manutenção. É assim que a Caraguá Luz contribui para melhorar a qualidade de vida, o conforto e a segurança dos moradores de Caraguatuba.**

Em seis anos de gestão da Caraguá Luz, a cidade ganhou mais de 3.500 novos pontos de luz, atendendo ao crescimento vegetativo e à forte demanda reprimida. Entre os projetos especiais desenvolvidos ao longo do ano, destacamos a implantação do projeto de produção de energia solar para iluminação do morro Santo Antônio (Padroeiro do Município), local de intensa visitação pública que permite uma visita privilegiada da cidade, e a iluminação do Mirante do Camaroeiro, na região central, ponto onde ocorre a maior visitação de turistas atualmente. A redução média no consumo de energia foi da ordem de 54%.

No fim de 2020, foi assinado o aditivo contratual decorrente do primeiro reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, o qual considerou as variações registradas ao longo dos primeiros cinco anos, assim como os impactos supervenientes da pandemia de Covid-19. Combinando uma maior quantidade de pontos de iluminação a modernizar, a necessidade de expansão do sistema e de redução da contraprestação mensal, a readequação viabilizou a retomada das obras de modernização da iluminação da orla, a implantação de projetos especiais de iluminação ornamental e o atendimento à demanda decorrente do programa de regularização fundiária do município. Entre outras alterações, destaca-se a extensão do prazo de concessão que passou de 13 para 26 anos, incorporando um novo ciclo de investimentos no sistema a partir de 2029.

Alegrete Participações

**Concessão de iluminação pública | 2014 a 2039**  
**São João de Meriti - RJ**  
**R\$ 119 milhões** investidos  
**23,8 mil** pontos de iluminação  
**90,3% LED**

**Primeiro município brasileiro a investir em uma Parceria Público-Privada de Iluminação Pública, São João de Meriti já obteve 64% de redução no consumo de energia.**

A cidade já conta com 90% do parque em LED, o que corresponde à integralidade do contrato inicial de concessão firmado com a empresa, resultando em 64% de redução no consumo de energia em relação ao início do contrato. Em 2021, o município recebeu novas luminárias ornamentais em LED na Praça do Morro do Embaixador e na Praça da Matriz, proporcionando melhor iluminação e mais segurança aos pedestres que circulam nos locais.

Mauá Luz

**Concessão de iluminação pública | 2016 a 2051**

**Mauá - SP**  
**R\$ 84 milhões** Investimentos  
**28 mil** Pontos de iluminação

A criação da Mauá Luz, em 2016, reuniu a Conasa (20%) às empresas Brasiluz (60%) e FM Rodrigues (20%) no propósito de atender ao município de Mauá na modernização, gestão e manutenção de seu parque de iluminação pública.

Dos 28.000 pontos de iluminação pública de Mauá, município da região do ABC Paulista, mais de 25.000 já foram substituídos pela tecnologia LED, em pouco mais de três anos de contrato, totalizando 90% do parque já modernizado.



Rodovias

**Via Brasil BR163**  
**Liga o estado de Mato Grosso a portos no Pará, entre Sinop (MT) e Miritituba (PA).**  
**Concessão de rodovia federal | 2022 a 2032**  
**Rodovia | BR-163/MT, BR-163/PA, BR-230/PA**  
**1.009,5 km** de extensão  
**R\$ 1,87 bilhão** de investimento previsto  
 O Consórcio Via Brasil, liderado pela Conasa, venceu em leilão a concessão do sistema rodoviário BR-163/230/MT/PA, considerado o mais importante para o agronegócio brasileiro, que contempla seis trechos de rodovia, totalizando mais de mil quilômetros. Um dos principais corredores para escoar a produção de grãos do Centro Oeste e da região Norte, a rodovia liga o estado de Mato Grosso a três terminais portuários do Arco Norte (Rio Tapajós), no Pará, entre Sinop (MT) e Miritituba (PA).

Com duração prevista de 10 anos prorrogáveis por mais dois, o projeto de concessão prevê a instalação de três praças de pedágio, faixas adicionais, vias marginais e acostamentos, além de acessos definitivos aos terminais portuários de Miritituba, Santarenzinho e Itapacurá, agilizando o transbordo da carga na Hidrovia do Tapajós. Também é prevista a construção de dois novos pontos de parada e descanso para os profissionais do transporte rodoviário.

A finalidade do projeto é a modernização da rodovia, com tratamento adequado dos riscos, oferecendo condições perenes de trafegabilidade para o escoamento de grãos compatível com a estrutura portuária existente, além de reduzir os custos operacionais e de tempo de viagem dos veículos.

**Via Brasil MT246**  
**Interliga as cidades de Jangada e Itanorte**  
**2021 a 2056** Concessão de rodovia estadual  
**MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480** Rodovia  
**233,2 km** Extensão  
**R\$ 736 milhões** Investimento Estimado  
**Jangada - Itanorte**

**R\$ 65 milhões em debêntures para assegurar os compromissos contratuais de recuperação, ampliação e melhoria da rodovia.**

O valor obtido pela emissão de debêntures vem somar-se ao aporte de capital dos acionistas perfazendo o montante total de investimento necessário ao início da operação, previsto para 2022. Em 2021, foram investidos mais de R\$ 21 milhões nas obras iniciais, que compreendem, além da construção das praças de pedágio e bases de serviços operacionais, a correção de problemas emergenciais com riscos para a segurança do tráfego na rodovia.

A modernização da rodovia, que alimenta rotas de escoamento da produção agrícola, irá contribuir para o desenvolvimento da região, grande produtora de grãos no estado, oferecendo mais segurança e trafegabilidade aos usuários. Dentre as melhorias previstas, figuram a recuperação da estrada e a implantação de acostamentos, passarelas e sinalização.

**Via Brasil MT100**  
**Interliga as cidades de Alto Araguaia e Alto Taquari à divisa do estado de Mato Grosso do Sul**  
**2018 a 2048** Concessão de rodovia estadual  
**MT-100** Rodovia  
**111,90 km** Extensão  
**R\$ 60 milhões** investidos até 2021  
**Divisa MT/MS - Alto Taquari - Acesso BR 364 (Perímetro urbano de Alto Araguaia, Divisa MT/GO)**

**Recuperado e funcional, o trecho de rodovia administrado pela Via Brasil MT100 encurta a rota entre Mato Grosso e o Porto de Santos em até 120 km e estimula o crescimento da região.**

Além das obras de recuperação, ampliação e melhoria executadas em 2021, a Via Brasil implementou a correção de passivos ambientais da rodovia, pré-existentes ao contrato de concessão. O contrato de financiamento celebrado junto ao BNDES em 2021, de R\$ 200 milhões, em conjunto com os aportes de capital próprio, viabiliza a totalidade dos novos investimentos previstos, como a implantação de acostamentos, implantação da 3ª faixa, manutenção do pavimento e construção e readequação de rotatórias e interseções.

A rodovia oferece estrutura de atendimento ao usuário, com área de descanso, banheiros, fraldário, água potável, acesso à comunicação e central de informações. Os usuários também contam com serviços de guincho, telefone de emergência, atendimento pré-hospitalar, inspeção de tráfego, combate a incêndios e captura de animais na pista.

Após a renovação, o tráfego da rodovia foi 15% superior ao previsto no edital, revelando a existência de forte demanda reprimida na região.

**Via Brasil MT320**  
**Comprende trechos de duas rodovias do estado de Mato Grosso que interligam as cidades de Nova Santa Helena, Colider, Nova Canaã do Norte, Carlinda e Alta Floresta.**  
**2018 a 2048** Concessão de rodovia estadual  
**MT-320 e MT-208** Rodovia  
**188,2 km** Extensão  
**R\$ 78 milhões** investidos até 2021  
**BR-163 (Nova Santa Helena) - Colider - Acesso MT-208 (Carlinda)**  
**MT-320 - MT-325 B (perímetro urbano de Alta Floresta)**

**22,6 km de pavimento recuperados e produção do Plano de Drenagem superficial e profunda**

Operacional desde 2020, a rodovia recebeu obras de recuperação e melhoria, totalizando mais de R\$ 4 milhões de investimentos no ano. Trata-se da principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste de Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado.

A rodovia oferece estrutura de atendimento ao usuário, com área de descanso, banheiros, fraldário, água potável, acesso à comunicação e central de informações. Os usuários também contam com serviços de guincho, telefone de emergência, atendimento pré-hospitalar, inspeção de tráfego, combate a incêndios e captura de animais na pista.

3. Com que e para quem fazemos,

Nossos colaboradores

Quando a Conasa cresce, nossos colaboradores crescem conosco: geramos mais empregos e proporcionamos mais oportunidades de desenvolvimento e evolução profissional.

Em 2021, num período ainda de instabilidade e aumento do desemprego no país, ampliamos nosso quadro de 509 para 638 colaboradores, nas 13 empresas operacionais da Conasa com a celebração de todas as contratações necessárias nos novos projetos.

A igualdade de oportunidade de emprego e evolução é um princípio fundamental do Grupo Conasa, onde o desenvolvimento interno é baseado em habilidades técnicas, pessoais e qualificações. Todos os novos colaboradores recebem treinamento de integração que contempla as atividades na Holding e suas unidades, além de treinamento de segurança específico às suas atividades e reciclagem de normas regulamentadoras.

Com o processo de implementação de critérios ESG em todas as áreas da Companhia, a gestão de pessoas tornou-se um ponto essencial de atuação para a evolução da companhia nos tópicos relativos à diversidade e inclusão, plano de carreira e benefícios e apoio à capacitação, que estão contemplados no plano de ação ESG da Conasa.

ESG | Crescer com responsabilidade

Ao consolidarmos nossa expansão com a incorporação de novos projetos de saneamento, iluminação e rodovias, renovamos também nosso compromisso com um crescimento sustentável e responsável.

Em dezembro de 2020, a Diretoria da Conasa decidiu unificar e centralizar as políticas e ações ambientais, sociais e de governança (ESG) de todas as unidades do Grupo.

Para assegurar a melhor gestão dos aspectos ambientais, sociais e de governança vinculados a nossas atividades, iniciamos o trabalho de avaliação e planejamento estratégico, com o apoio de consultoria externa, envolvendo todas as áreas da companhia. O tema foi objeto de sensibilização para todos os colaboradores ao longo de 2021. Com essa iniciativa, pretendemos transformar gradualmente a cultura organizacional da empresa, fortalecendo nosso posicionamento em relação aos critérios ESG de avaliação de governança e sustentabilidade e cidadania corporativa.

A partir do diagnóstico inicial, que identificou a excelência da empresa no aspecto de governança, um plano de ação está sendo estabelecido e implantado para evoluir nosso modelo de gestão, integrando todos os aspectos abordados, que incluem Governança, Gestão de pessoas, Comunidades, Meio ambiente, Clientes e Práticas específicas aos setores de atuação.

Governança corporativa

**A governança da Conasa adere às diretrizes do IBGC, com seus quatro princípios que norteiam nossa atuação: transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.**

Mesmo sendo uma sociedade anônima de capital fechado, a Conasa Infraestrutura adota padrões elevados de governança corporativa e segue as melhores práticas existentes, atendendo às exigências da CVM, buscando adequar-se aos padrões do segmento Novo Mercado e do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Divulgamos aos investidores nossos balanços auditados trimestralmente pela Pricewaterhouse Coopers - PwC Brasil, por meio do site de RI: <http://www.conasa.com/ri>.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**MARIO VIEIRA MARCONDES NETO**  
 CEO da Conasa e membro do Conselho de Administração  
 Fundador da Conasa. Advogado, fundador da Águas de Itapema e da Conasa, com experiência jurídica em diversas concessões.



**CAMILO NONINO**  
 Membro do Conselho de Administração Administrador, foi banker na área de Infraestrutura do Santander e sócio de empresas de infraestrutura e construção.



**MARCUS GRASSANO**  
 Presidente do Conselho de Administração Advogado, sócio da Grassano Advogados.



**MARCO ANTONIO CATTINI MATTAR**  
 Membro independente do Conselho de Administração Engenheiro civil, foi conselheiro, vice-presidente, CFO, DRI e diretor de engenharia da Triad S.A. Atualmente integra o conselho de administração da Paramount Têxtil.



**JOSÉ ROBERTO CURAN**  
 Membro independente do Conselho de Administração Integra o conselho de administração e o comitê consultivo de auditoria da AlphaVie SA. Foi diretor e superintendente nos bancos França e Brasileiro, Itaú e Votorantim.



**SÉRGIO AUGUSTO SÁ DE ALMEIDA**  
 Membro independente do Conselho de Administração Engenheiro civil e sanitário, com mestrado em engenharia ambiental. Membro vitalício da Academia de Ciências de Oslo, Noruega e membro ativo e serviço-presidente da IWA International Water Association (Londres, Inglaterra).



**FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA**  
 Membro independente do Conselho de Administração Engenheiro civil, foi diretor de RI da GTD Participações S.A, empresa com investimentos da EDF - Energias do Brasil S.A, onde é membro independente do conselho de administração e presidente do comitê de auditoria.

DIRETORIA



**CLÁUDIO RAMOS**  
 Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores Engenheiro Mecânico com MBA em Finanças pela New York University, foi diretor e sócio da KPMG.



**RICARDO SALLES DE OLIVEIRA BARRA**  
 Diretor de Engenharia e Operações Engenheiro Civil, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, foi diretor na Minas Arena e na T

**Ética, Transparência e Compliance**  
**Atendendo rigorosamente às exigências regulatórias do setor, exigimos de nossos colaboradores e fornecedores o mesmo rigor em relação à legislação e à conduta ética.**

Conduzido pela Compliance Officer, que está diretamente ligada à Presidência e ao Conselho de Administração da Companhia, nosso Programa de Compliance abrange todas as unidades do Grupo Conasa e conta com o auxílio do Comitê de Compliance, vinculado à alta direção da empresa.

O Código de Ética e Postura e o Código de Conduta de Fornecedor da companhia, asseguram a aplicação integral das normas adotadas em todas as áreas de atividade. Os dois documentos incluem cláusulas relativas aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao combate à corrupção, assim como todos os novos contratos firmados com parceiros, fornecedores e clientes em 2021, totalizando 200 contratos adequados desde a inclusão das cláusulas, que passaram a ser incluídos nos acordos prévios para participação em licitações. Em 2021, implementamos os treinamentos de Compliance via EAD, distribuídos em 22 módulos de temas, com participação de mais de 75% dos 540 colaboradores/consultores cadastrados. Também foram realizados treinamentos presenciais com nossa Compliance Officer a respeito do Canal de Ética. Os novos colaboradores contratados no período receberam treinamento relativo aos códigos de conduta e comportamento da empresa.

DESTAQUES FINANCEIROS

**DESEMPENHO FINANCEIRO**  
**Os valores estão expressos em milhares de reais.**

A Companhia adotou a partir de 2014 uma estratégia de diversificação em setores de atuação, prospectando e conquistando contratos de concessão e PPPs em energia e rodovias, e de crescimento em projetos de infraestrutura. Tais estratégias têm trazido impactos positivos significativos no desempenho financeiro da Companhia.

No triênio 2018 - 2020, as realizações relevantes da Companhia abrangeram a conquista de novos negócios e captações financeiras para execução dos investimentos, destacam-se: **i.** captação de R\$ 100.000 em debêntures da Águas de Itapema para expansão das redes de esgoto e capacidade de tratamento de água; **ii.** contratação do financiamento da Sanema de até R\$ 133.000 em conjunto com a contratação do EPC para execução da obra no valor de R\$ 170.000; **iii.** encerramento das obras e início da arrecadação dos contratos de concessão da Via Brasil MT100 e MT320; **iv.** vitória da PPP da TeresinaLuz; **v.** assinatura do contrato de concessão da MT-246 e o contrato do Consórcio FEC. No exercício de 2021, a Companhia obteve crescimento significativo das receitas de construção, com a conclusão de vários investimentos.

Para viabilizar a totalidade dos recursos financeiros relacionados aos investimentos necessários em 2021 para seus projetos, a Conasa Infraestrutura captou R\$ 100.000 em debêntures e suas investidas Via Brasil MT-320 e Via Brasil MT-246 captaram também por meio de emissão de debêntures, R\$ 135.000 e R\$ 65.000, respectivamente. Em dezembro de 2021, a Via Brasil MT-100 firmou contrato junto ao BNDES de R\$ 200.000 para obras a serem realizadas a partir do quarto ano de concessão.

Também em 2021, a Conasa concluiu em novembro a incorporação das participações acionárias minoritárias da Zetta em cinco investidas da Conasa, que resultaram em aumento de capital social na Conasa de R\$ 70.727 e asseguraram o controle acionário destas cinco empresas. Finalmente, em dezembro de 2021, a Conasa concluiu transação acionária privada de grande relevância com a Generate Capital de São Francisco, CA, que resultou em aumento de capital na Conasa de R\$ 395.000 (sendo R\$ 130.500 em dezembro de 2021 e R\$ 264.500 em fevereiro de 2022, a quem do valor de até R\$ 403.000 informado em fato relevante divulgado em outubro de 2021 em consequência da variação cambial no período).

Com relação ao crescimento orgânico da Conasa, que produzirá resultados financeiros expressivos a partir de 2022, a Companhia conquistou 2 novos contratos extremamente relevantes: Via Brasil BR-163 e Águas do Sertão.

RECEITAS

A receita líquida encerrou 2021 em R\$ 451.721 contra R\$ 282.620 em 2020, fruto do aumento das receitas de construção relacionadas aos investimentos do ano, do aumento da remuneração do ativo de contrato e do reflexo do aumento da base de ativos.

Com a aquisição em 30 de novembro de 2021 das participações acionárias minoritárias da Zetta Infraestrutura em investidas da CONASA, na consolidação da demonstração de resultados foram consideradas as receitas destas investidas referentes apenas ao mês de dezembro de 2021, período a partir do qual a Conasa passou a ter o controle de tais investidas.

»»»»»»»»»»

**CUSTOS E DESPESAS**

Os custos de 2021 sofreram um aumento de R\$ 78.687 comparados a 2020. O aumento decorre sobretudo do custo de construção de R\$ 135.745 em 2021 contra R\$ 64.770 em 2020, que reflete os investimentos realizados pelas investidas.

O Lucro Bruto cresceu de R\$ 152.054 em 2020 para R\$ 242.468 em 2021.

**EBITDA**

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O EBITDA Consolidado encerrou 2021 em R\$ 255.695 contra R\$ 117.169 em 2020.

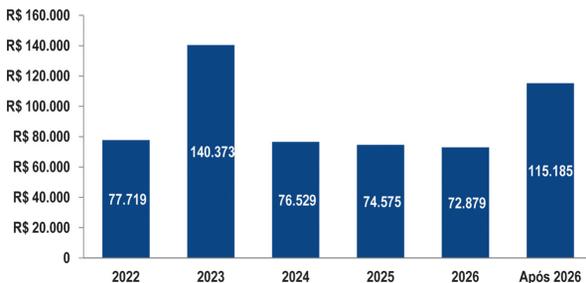
Reconciliação do EBITDA	2021	2020	2019
Lucro Líquido	193.481	57.746	10.323
Imposto de Renda e Contribuição Social	45.694	22.521	9.830
Depreciação e Amortização	20.893	14.329	9.256
Resultado Financeiro	(4.373)	22.573	17.236
<b>EBITDA</b>	<b>255.695</b>	<b>117.169</b>	<b>46.645</b>

**LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

O lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 193.481 no ano de 2021, ante a R\$ 57.746 em 2020.

**PASSIVOS**

Os passivos consolidados de curto prazo da Companhia se concentram na Controladora, pois foram captados recursos para serem aportados nas novas concessões pré-operacionais. Os financiamentos de longo prazo foram estruturados nas empresas operacionais para realização de investimentos em obras das concessionárias. Águas de Itapema, Sanesalto e Sanema, e também as rodovias (que em consequência da transação entre Conasa e Zetta passaram a ser consolidadas) concentram a maior parte da dívida consolidada, principalmente em decorrência das emissões relevantes via debêntures ocorridas entre 2019 e 2021.

**O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.**

Considerando os prazos de vencimento elevados dos financiamentos de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

**DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA**

Reconciliação do EBITDA	2021	2020	2019
Lucro Líquido	193.481	57.746	10.323
Imposto de Renda e Contribuição Social	45.694	22.521	9.830
Depreciação e Amortização	20.893	14.329	9.256
Resultado Financeiro	(4.373)	22.573	17.236
<b>EBITDA</b>	<b>255.695</b>	<b>117.169</b>	<b>46.645</b>
Dívida Bruta <sup>1</sup>	652.707	252.563	205.445
Disponibilidades	242.692	29.638	35.569
Conta Reserva	54.446	3.226	2.588
<b>Dívida Líquida</b>	<b>355.569</b>	<b>219.700</b>	<b>167.288</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA</b>	<b>1,39 x</b>	<b>1,88 x</b>	<b>3,59 x</b>

<sup>1</sup> Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Passivos de Arrendamento

A evolução do indicador consolidado acima evidencia a redução da alavancagem da Companhia e de suas investidas medida em termos do endividamento líquido como múltiplo do EBITDA. Em consequência da conclusão dos investimentos em obras e o início das atividades operacionais dos contratos de concessão e demonstram a solidez financeira agregada nos últimos anos por meio da execução do plano de negócios.

**ATIVOS**

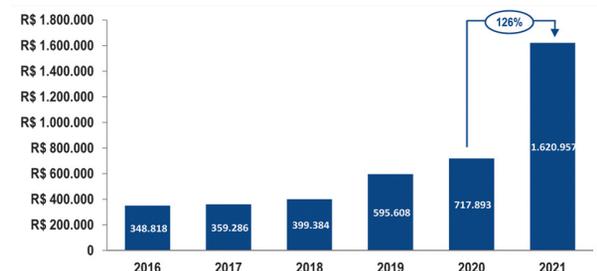
Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e ativos de contratos vinculados às PPPs. Os ativos intangíveis e de contratos

concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

Os ativos totais da Companhia em 2021 somaram R\$ 1.620.957 ante a R\$ 717.893 em 2020.

Com relação aos ativos regulatórios, a Companhia aumentou sua base de ativos de R\$ 495.135 em 2020 para R\$ 1.074.118 em 2021, um aumento de R\$ 578.983, fruto de investimentos em ativos intangíveis e financeiros durante os exercícios de 2018 a 2021 e da consolidação dos balanços das investidas, cujo controle foi adquirido pela Conasa no fim de 2021.

O quadro abaixo apresenta a evolução do total do ativo.

**Ativos IFRS (R\$ milhares)****CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS****Audidores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019, 2020 e 2021.

A remuneração dos auditores no exercício de 2021 foi de R\$ 196 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R\$ 865 pela auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

**Cláusula Compromissória**

A CONASA está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

Balanco patrimonial						Passivo e patrimônio líquido					
Em 31 de dezembro de 2021						Em 31 de dezembro de 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais)						(Valores expressos em milhares de Reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020		2021	2020			
<b>Circulante</b>		<b>147.773</b>	<b>15.065</b>	<b>342.554</b>	<b>102.442</b>	<b>100.126</b>	<b>46.603</b>	<b>223.460</b>	<b>133.577</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.338	1.629	242.692	29.638	49.015	31.665	77.719	57.543		
Contas a receber de clientes	5	1.672	1.825	24.691	27.646	2.957	929	84.478	32.143		
Títulos de valores mobiliários	10	6.439	7.119	-	-	-	-	21.261	1.721		
Ativo de contrato de concessão	15	-	-	58.572	23.853	-	-	4.051	3.428		
Impostos a recuperar	6	831	604	3.972	6.362	569	431	9.302	11.226		
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	-	-	4.716	4.173	814	731	16.498	13.902		
Adiantamentos	8	183	161	5.170	4.038	42.255	11.397	3.085	6.885		
Partes relacionadas	9	29.933	769	908	5.990	183	150	712	269		
Outros ativos circulantes		107	121	1.602	742	3.750	914	6.286	5.018		
Dividendos a receber	12.b	1.270	2.837	231	-	4	315	68	1.442		
<b>Não circulante</b>		<b>547.558</b>	<b>276.045</b>	<b>1.278.403</b>	<b>615.451</b>	<b>92.918</b>	<b>13.306</b>	<b>665.293</b>	<b>260.228</b>		
Partes relacionadas	9	13.768	15.337	38.982	25.833	87.959	6.518	479.541	180.480		
Títulos de valores mobiliários	10	14.886	10.968	54.525	34.915	-	-	74.186	12.819		
Impostos a recuperar	6	-	-	1.603	2.852	778	1.451	30.847	33.119		
Outros ativos não circulantes	11	902	164	11.957	1.150	-	-	20.148	8.474		
Investimentos	12	516.092	248.188	43.523	49.964	-	-	58.996	24.222		
Imobilizado	13	1.548	1.183	13.182	13.238	298	4.597	73	7		
Intangível	14	362	205	520.767	260.425	3.883	460	63	-		
Direito de uso	16	-	-	99.085	16.217	-	280	1.439	1.107		
Ativo de contrato de concessão	15	-	-	494.779	210.857	-	-	-	-		
<b>Total do ativo</b>		<b>695.331</b>	<b>291.110</b>	<b>1.620.957</b>	<b>717.893</b>	<b>502.287</b>	<b>231.201</b>	<b>732.204</b>	<b>324.088</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>695.331</b>	<b>291.110</b>	<b>1.620.957</b>	<b>717.893</b>	<b>695.331</b>	<b>291.110</b>	<b>1.620.957</b>	<b>717.893</b>		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado					
Em 31 de dezembro de 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>26</b>	<b>4.335</b>	<b>461</b>	<b>451.721</b>	<b>282.620</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>27</b>	<b>(6.624)</b>	<b>(192)</b>	<b>(209.253)</b>	<b>(130.566)</b>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>(2.289)</b>	<b>269</b>	<b>242.468</b>	<b>152.054</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>103.426</b>	<b>15.429</b>	<b>(7.666)</b>	<b>(49.214)</b>
Despesas gerais e administrativas	28	(20.091)	(12.757)	(47.826)	(35.763)
Despesas comerciais	28	(310)	(110)	(11.262)	(9.809)
Outras receitas (despesas) líquidas	29	60.798	6.232	46.853	(2.817)
Resultado com equivalência patrimonial	12.b	63.029	22.064	4.569	(825)
<b>Resultado operacional antes dos resultados financeiros</b>		<b>101.137</b>	<b>15.698</b>	<b>234.802</b>	<b>102.840</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>30</b>	<b>(2.172)</b>	<b>3.596</b>	<b>4.373</b>	<b>(22.573)</b>
Despesas financeiras		(8.333)	(1.471)	(50.837)	(30.971)
Receitas financeiras		6.161	5.067	55.210	8.398
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>98.965</b>	<b>19.294</b>	<b>239.175</b>	<b>80.267</b>
Imposto de renda e contribuição social	31	-	(51)	(45.694)	(22.521)
Corrente		-	(51)	(11.544)	(10.732)
Diferido		-	-	(34.150)	(11.789)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>98.965</b>	<b>19.243</b>	<b>193.481</b>	<b>57.746</b>
Atribuível aos controladores	25	-	-	98.965	19.243
Atribuível aos não controladores	25	-	-	94.516	38.503
<b>Lucro por ação, básico e diluído - Em Reais</b>	<b>25</b>			<b>0,5775</b>	<b>0,1150</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente					
Em 31 de dezembro de 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>98.965</b>	<b>19.243</b>	<b>193.481</b>	<b>57.746</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>98.965</b>	<b>19.243</b>	<b>193.481</b>	<b>57.746</b>
Atribuível aos controladores		-	-	98.965	19.243
Atribuível aos não controladores		-	-	94.516	38.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado					
Em 31 de dezembro de 2021					
(valores expressos em Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas de prestação de serviços		4.958	484	441.588	273.300
Remuneração do ativo financeiro		-	-	29.958	19.829
Outros resultados		12.128	10.374	7.397	6.105
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(8.207)	(6.814)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>17.086</b>	<b>10.858</b>	<b>470.736</b>	<b>292.420</b>
Insunhos adquiridos de terceiros		(15.007)	(12.812)	(249.541)	(140.695)
Produtos químicos consumidos		-	-	(1.904)	(1.911)
Materiais consumidos		-	-	(9.680)	(9.212)
Energia elétrica		(76)	(69)	(21.290)	(18.812)
Outros custos de produtos e serviços		-	-	(9.345)	(12.299)
Custo de construção		(6.624)	(192)	(136.343)	(64.770)
Serviços de terceiros contratados		(12.236)	(6.434)	(35.533)	(24.062)
Ganho/Perdas na realização e recuperação de ativos		-	(4)	410	(501)
Outras despesas operacionais		3.929	(6.113)	(35.856)	(9.128)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>2.079</b>	<b>(1.954)</b>	<b>221.195</b>	<b>151.725</b>
Depreciações e amortizações		(184)	(101)	(17.848)	(14.187)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>1.895</b>	<b>(2.055)</b>	<b>203.347</b>	<b>137.538</b>
Resultado da equivalência patrimonial		63.029	22.064	4.569	(825)
Ganho na remensuração da participação societária ao valor justo		57.360	-	57.360	-
Receitas financeiras		6.161	5.067	55.210	8.398
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>128.445</b>	<b>25.076</b>	<b>320.486</b>	<b>145.111</b>
<b>Pessoal</b>		<b>4.265</b>	<b>3.277</b>	<b>16.698</b>	<b>14.642</b>
Remuneração direta e benefícios		3.535	2.678	13.031	11.352
Benefícios		558	427	2.660	2.315
FGTS		172	172	1.007	975
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>17.042</b>	<b>739</b>	<b>74.678</b>	<b>41.917</b>
Impostos, taxas e contribuições		1.664	717	70.493	37.705
Federais		15.210	16	334	295
Estaduais		168	6	3.851	3.917
Municipais		17.042	739	74.678	41.917
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>7.755</b>	<b>1.468</b>	<b>45.309</b>	<b>29.948</b>
Aluguéis		418	349	1.005	858
Juros e variações monetárias		7.755	1.468	45.309	29.948
Distribuição de dividendos		(10.685)	914	(10.685)	-
<b>Lucro líquido do exercício não distribuído</b>		<b>109.650</b>	<b>18.329</b>	<b>193.481</b>	<b>57.746</b>
<b>Total</b>		<b>128.445</b>	<b>25.076</b>	<b>320.486</b>	<b>145.111</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

▶▶▶▶▶▶▶▶▶▶

Demonstração das mutações do patrimônio líquido											
Em 31 de dezembro de 2021											
(Valores expressos em milhares de Reais)											
Consolidado											
Nota	Capital social	Transação de capital	Ágio na emissão de ações	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros			Total	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>167.338</b>	<b>(2.505)</b>	-	<b>2.651</b>	<b>48.385</b>	<b>1.907</b>	-	<b>217.776</b>	<b>59.757</b>	<b>277.533</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.243	19.243	38.503	57.746	
<i>Destinação:</i>											
Constituição da reserva legal	24.3	-	-	962	-	-	(962)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	24.4	-	-	-	-	-	(914)	(914)	-	(914)	
Distribuição de dividendos	24.2	-	-	-	(246)	(1.907)	-	(2.153)	-	(2.153)	
Distribuição de dividendos sobre reserva de lucros (Urbeluz)	12.b (a)	-	-	-	(2.751)	-	-	(2.751)	(5.373)	(8.124)	
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	17.367	-	(17.367)	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>167.338</b>	<b>(2.505)</b>	-	<b>3.613</b>	<b>62.755</b>	-	-	<b>231.201</b>	<b>92.887</b>	<b>324.088</b>	
Integralização de capital na Incorporação de ativos (Zetta) com ágio e ganho na aquisição de parcela adicional junto a não controladores	24.1	70.727	9.130	16.914	-	-	-	96.771	-	96.771	
Integralização de capital	24.1	130.500	-	-	-	-	-	130.500	-	130.500	
( - ) Gastos de transação na emissão de ações	24.1	(8.075)	-	-	-	-	-	(8.075)	-	(8.075)	
Distribuição de dividendos in-natura (CCI)	24.2	-	-	-	(31.689)	-	-	(31.689)	-	(31.689)	
Distribuição de dividendos de outros períodos	24.2	-	-	-	(10.685)	-	-	(10.685)	-	(10.685)	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	269	269	
Reversão de dividendos em controlada (Urbeluz)	12.b	-	-	-	-	-	-	-	2.436	2.436	
Aquisição de participação adicional na Sanema junto a não controladores	24.7	-	-	-	-	-	-	-	(63.532)	(63.532)	
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios	1.1	-	-	-	-	-	-	-	103.341	103.341	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	98.965	98.965	94.516	193.481	
<i>Destinação:</i>											
Constituição da reserva legal	24.3	-	-	4.948	-	-	(4.948)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	24.4	-	-	-	-	-	(4.701)	(4.701)	-	(4.701)	
Constituição da reserva de retenção de lucros	24.2	-	-	-	89.316	-	(89.316)	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>360.490</b>	<b>6.625</b>	<b>16.914</b>	<b>8.561</b>	<b>109.697</b>	-	-	<b>502.287</b>	<b>229.917</b>	<b>732.204</b>	

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa				
Em 31 de dezembro de 2021				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	98.965	19.243	193.481	57.746
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização do intangível e direito de uso (vide notas 13.2, 14.b, e 16.1.1)	184	101	17.848	14.187
Baixa do ativo imobilizado e intangível (vide notas 13.2 e 14.b)	1	4	987	168
Reversão/provisão para contingências (vide nota 23.b)	(280)	-	255	-
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	7.583	2.088	42.376	22.313
Juros e AVP apropriados sobre passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	2.434	-
Juros apropriados sobre parcelamentos (vide nota 29)	104	49	2.146	5.079
Amortização do custo de captação (vide nota 18.3)	195	-	828	568
Remensuração do ativo de contrato (vide nota 15.1)	-	-	(78.014)	(25.939)
Tributos diferidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	-	-	46.448	16.960
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários (vide nota 10.2)	(5.849)	(5.029)	(546)	(589)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota 5.1)	-	-	8.207	6.814
Provisão para perdas - Águas de Santo Antônio (vide nota 12.b)	-	4.194	-	-
Ganho na remensuração da participação societária ao valor justo (vide nota 29.e)	(57.360)	-	(57.360)	-
Resultado de equivalência patrimonial (vide nota 12.b)	(63.029)	(22.064)	(4.569)	(825)
<b>(Aumento)/redução nos ativos:</b>				
Contas a receber de clientes	154	(625)	(1.600)	(11.332)
Demais contas a receber e adiantamentos	(3.468)	(4.673)	10.176	(1.459)
Créditos tributários	(227)	407	3.898	4.805
Ativos destinados a aplicação nas concessões	-	-	(544)	(614)
Investimentos em ativo de contrato	-	-	(246.250)	(58.687)
<b>Aumento/(redução) nos passivos:</b>				
Fornecedores	2.028	(391)	42.915	(258)
Encargos tributários a Pagar	508	(628)	67	3.531
Salários e encargos sociais a pagar	138	118	72	(22)
Impostos e contribuições parcelados	(693)	293	(3.140)	9.084
Adiantamentos de clientes	(288)	564	-	661
Demais contas a pagar	(12.032)	(6.068)	92	(6.823)
	<b>(33.366)</b>	<b>(12.417)</b>	<b>(19.793)</b>	<b>36.791</b>
Recebimentos de juros sobre títulos de valores mobiliários (vide nota 10.2)	327	698	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.075)	(2.574)
Juros pagos sobre passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	(1.178)	(815)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(3.604)	(1.195)	(26.365)	(13.474)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(36.643)</b>	<b>(12.914)</b>	<b>(51.411)</b>	<b>19.928</b>
<b>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (vide notas 13.b e 14.b)</b>	<b>(690)</b>	<b>(362)</b>	<b>(17.232)</b>	<b>(21.415)</b>
Recebimento de títulos e valores mobiliários (vide nota 10.2)	2.290	1.502	974	-
Aquisição de títulos de valores mobiliários (vide nota 10.2)	(6)	-	(755)	(589)
Pagamento de ativo de contrato de concessão	-	-	(51.183)	(41.998)
Recebimento de ativo de contrato de concessão	-	-	28.039	10.136
Dividendos recebidos (vide nota 12.b)	6.166	86	-	-
Aumento de capital nas investidas (vide nota 12.b)	(73.046)	(23.807)	(69)	(19.227)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(65.286)</b>	<b>(22.581)</b>	<b>(40.226)</b>	<b>(73.093)</b>
<b>Terceiros:</b>				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	138.627	34.800	259.198	58.717
Custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(2.382)	-	(3.966)	(131)
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(42.559)	(3.088)	(86.703)	(21.033)
Amortização do passivo de arrendamentos (vide nota 16.1.1)	-	-	(2.156)	(1.104)
Custo de transação na emissão de ações (vide nota 24.6)	(8.075)	-	(8.075)	-
<b>Acionistas:</b>				
Empréstimos entre partes relacionadas	2.212	5.432	26.578	10.785
Lucros distribuídos (vide nota 24.2)	(10.685)	(317)	(10.685)	-
Integralização de capital dos acionistas (vide nota 24.1)	130.500	-	130.500	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>207.638</b>	<b>36.827</b>	<b>304.691</b>	<b>47.234</b>
<b>Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>105.709</b>	<b>1.332</b>	<b>213.054</b>	<b>(5.931)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>				
Início do exercício	1.629	297	29.638	35.569
Final do exercício	107.338	1.629	242.692	29.638
<b>Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>105.709</b>	<b>1.332</b>	<b>213.054</b>	<b>(5.931)</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A CONASA INFRAESTRUTURAS S.A. ("Companhia", "Conasa") ou, em conjunto com as empresas controladas, ("Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR. Conforme descrito na nota 1.1 abaixo, a Conasa adquiriu participações societárias em certas empresas junto a Companhia Zeta Infraestrutura S.A. e U2S, em que a Conasa passou a deter o controle desses negócios em troca da emissão e entrega de 18.593.118 ações ordinárias no valor de R\$ 70.727 em favor desta, em contrapartida pela aquisição dessa participação com ágio na emissão de ações no montante de R\$ 26.044.

Ao final de 2021 a Companhia através do FIP – Infra Setorial Fundo de Investimentos e Participações emitiu 29.931.192 ações ordinárias, por consequente aumento o capital social em R\$ 130.500.

**1.1. Combinação de negócios**

Em 3 de maio de 2021, a Companhia firmou Memorando de Entendimentos vinculante para incorporação de parcela dos ativos da Zetta Infraestrutura S.A. ("Zetta Infraestrutura"), entregando ações à U2S Participações Ltda. ("U2S"), que é a holding da mesma, equivalentes a 10% do capital social da Conasa. A aquisição, concluída em 30 de novembro de 2021, visou a consolidação de participação em ativos já detidos pela Companhia em que a Zetta Infraestrutura S.A. detinha participação minoritária, com objetivo de consolidar controle da Conasa sobre tais ativos.

A Zetta detinha 34% da ASB, 25% da Luz de Belém, 12% da Via Brasil MT 100, 12% da Via Brasil MT 320 e 12% da Via Brasil MT 246. Com a incorporação, a Conasa passou a deter 68% da ASB, a qual era controlada por acordo de voto, 75% da Luz de Belém, 52% da Via Brasil MT 100, 52% da Via Brasil MT 320 e 52% da Via Brasil MT 246 e controlará tais Companhias nas principais decisões corporativas.

A U2S, que é a controladora da Zetta Infraestrutura, passará a integrar o bloco acionário da Companhia. Desta forma, os quatro ativos que ainda não eram controladas passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras a partir da data da aquisição de controle, onde foi utilizado para todos os efeitos de resultados os saldos dos balancetes de 30 de novembro de 2021, data da finalização da aquisição. Nesta data, os ativos e passivos assumidos pela Companhia em troca da emissão das ações no valor de R\$ 70.727 com ágio na emissão de ações no montante de R\$ 16.914 e ganho na aquisição de parcela adicional junto à não controladores no valor de R\$ 9.130. Detalhes na Nota 12 (a).

**1.2. Investimentos (Ativos de concessão e outros)**

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 21 empresas, sendo 12 concessões ou Parcerias Público Privadas ("PPPs"), além de 3 consórcios que se sagrarão vencedores de concessões e contratos em 2020 e 1 em 2021, conforme descrito a seguir:

**Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema")**

Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

Nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, a Águas de Itapema investiu R\$ 47.866, R\$ 19.561 e R\$ 7.612 respectivamente, para ampliação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto. Em dezembro de 2020, o Decreto 102/2020 autorizou reajuste tarifário de 12,14% a partir de 01 de fevereiro de 2021.

### Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto")

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

Em 2019, a Companhia encerrou o processo de aquisição iniciado em 2012, adquirindo os 50,05% restantes de ações. Com tal transferência de ações, a Companhia passou a deter 100% das ações da Sanesalto e a consolidar as demonstrações financeiras da controlada.

### ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. ("ASB")

Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda. Ao final de 2019, a Conasa assumiu o controle da ASB, através de acordo de acionistas, consolidando por consequência ASB e Sanema.

### Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. ("Sanema")

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2021	2051	Contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto.	Maceió-AL

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de locação dos ativos à CASAL por 30 anos após a entrega das obras, contratualmente prevista para setembro de 2021.

Em 18 de dezembro de 2020, o Estado de Alagoas e a empresa BRK Ambiental assinaram contrato de concessão da CASAL para a prestação dos serviços de água e esgoto das 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió. Sendo assim, a BRK é sucessora da CASAL no Contrato de locação de ativos com a Sanema.

### Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul")

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas dessa concessionária.

### Águas de Meriti Ltda. ("Águas de Meriti")

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti – RJ, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos, no entanto ainda não iniciaram suas operações.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário.	São João do Meriti-RJ

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou Edital de concorrência Internacional nº 001/2020, cujo objeto consiste na Concessão Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para concessão da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal Edital confirma a validade do Contrato de Concessão da Águas de Meriti e possibilitará, conforme expectativa da Administração, a retomada da concessão até 2022. Com efeito em 30 de abril de 2021, o Consórcio Aegea liderado pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (com participação do Grupo Equipav, do GIG – Fundo Soberano de Singapura e da Itaúsa), sagrou-se vencedor das ofertas apresentadas para os blocos 1 e 4 (este último bloco compreende o município de São João do Meriti), conforme licitação realizada à B3 ("leilão da Cedae").

### Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat")

A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos. Detém planta operacional em Salto – SP e planta em fase de licenciamento ambiental em Itapema – SC, já com terreno adquirido.

### Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")

A Águas de Santo Antônio é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em 30 de abril de 2004.

Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2034	Concessionária do sistema de abastecimento de água.	Santo Antônio de Pádua-RJ

### Consórcio FEC ("Consórcio FEC")

O Consórcio FEC, composto pela Conasa (25,44%), Etesco e Fast venceu a concorrência em agosto de 2020 para implantação de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas (URQA) em áreas informais constantes do pacote do programa Novo Rio Pinheiros, o qual prevê intervenções de saneamento e socioambientais com o objetivo de recuperar o rio Pinheiros. O contrato com a Sabesp prevê a implantação, operação e manutenção das URQAs que vão tratar o esgoto lançado nos córregos Jaguaré e Antonico, ambos afluentes do Pinheiros com vazões de 300L/s e de 180L/s respectivamente, sendo esta estratégia concebida para suprir a falta de espaço que impossibilita a implantação de sistema coletor, por meio de infraestrutura convencional.

O prazo previsto para a implantação é de até 22 meses, com operação e manutenção em um prazo total de 10 anos. O valor de contrato é de R\$ 87,4 milhões (não auditado) na modalidade de desempenho e conta com uma inovação tecnológica adicional pioneira no país, incorporando a oxidação de ozônio por Nanobolha ao processo convencional.

### Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz")

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficiência energética.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas ("PPP") de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, na CaraguáLuz e na MarabáLuz, destacadas abaixo.

### Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete")

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João de Meriti-RJ

### Caraguá Luz S.A. ("CaraguáLuz")

A CaraguáLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatuba, que tem como objeto a eficiência e gestão do parque de iluminação pública o município.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatuba, conforme definições do 1º reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato e consequente prorrogação do contrato por mais 13 anos, totalizando 26 anos de contrato.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato, e novo ciclo de investimento e modernização.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2041	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	

▶▶▶▶▶▶▶▶▶

estrutura, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Belém/PA, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 8082/19 da concorrência pública nº 005/2020. No TJ/PA, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento.

A Comissão de Licitação e o Tribunal de Contas do Estado do Pará ainda está analisando e a Administração entende que o pedido da Proteres é improcedente.

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	Cidade/UF
2021	2034	Consórcio vencedor da concessão responsável pela gestão e eficiênciação do parque de iluminação pública do município	Belém - PA

#### Construtora Luz de Mauá Ltda. ("Construtora LM")

A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficiênciação energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas.

#### Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE")

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 9 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

#### Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 100")

A Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho da rodovia estadual MT100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari no Mato Grosso, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de duas praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 100 iniciou a cobrança do pedágio em dezembro de 2019.

Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento perante o BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$ 200.000 para investimentos previstos até o 7º ano de concessão.

Em dezembro de 2021 conforme primeiro aditivo do contrato de concessão, foi celebrado o reequilíbrio econômico da Companhia, conforme cláusula 39.4 do contrato de concessão, onde houveram mudanças nas características do contrato, dentre elas, a outorga variável paga a Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) que era de 1% sobre a receita tarifária, passa a ser a partir do segundo trimestre de 2021 reduzida a 0%, além de postergação de vários investimentos.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão de trecho da rodovia MT 100	Mato Grosso

#### Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 320")

A Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho das rodovias estaduais MT320 e MT208 entre os municípios de Alta Floresta e Nova Santa Helena no Mato Grosso, com assunção da gestão das rodovias em 21 de maio de 2019. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de três praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 320 iniciou a cobrança do pedágio em outubro de 2020.

Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT 320 e 208	Mato Grosso

#### Consórcio Via Brasil MT 246 ("Via Brasil MT 246")

Em 26 de novembro de 2020, o Consórcio Via Brasil MT 246 sagrou-se vencedor do leilão do Lote 2- Tangará da Serra para concessão das rodovias estaduais MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480 com 233,2 quilômetros de extensão, promovido na B3 pelo Governo do Estado de Mato Grosso. A concessão terá prazo de 30 anos e a expectativa da Administração é de assinatura do contrato em março de 2021.

O lote inclui um trecho de 233,2 km de rodovias entre Jangada e Itanorte, passando por Tangará da Serra. O contrato prevê investimentos estimados de R\$ 730 milhões (não auditado) e tem duração de 30 anos. A rodovia possui alta demanda do agronegócio e alimenta rotas de escoamento da safra. A administração prevê que se conclua as obras em maio de 2022, com início das arrecadações em junho.

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	UF
2021	2051	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT246, MT343, MT358 e MT480	Mato Grosso

#### Consórcio Via Brasil BR 163 ("Via Brasil BR 163")

Em 07 de julho de 2021, o Consórcio Via Brasil foi declarado vencedor do leilão da rodovia BR-163/230/MT/PA, cujo sistema rodoviário compreende um total de 1.009,5 km de extensão que faz a interligação entre as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ele constitui um eixo fundamental para escoamento da produção (principalmente agropecuária) da parte paranaense da Região Norte e da norte da Região Centro-Oeste, conectando terminais portuários do Arco Norte (Rio Tapajós) ao município de Sinop (MT). A tarifa de pedágio vencedora foi de R\$ 0,07/km, representando deságio de 8% em relação ao teto estabelecido no edital. Os investimentos na concessão são estimados em mais de R\$ 1,8 bilhão em reais de 06/2021 e têm como objetivo melhorias na infraestrutura nos 10 anos de duração do contrato de concessão, previsto para iniciar em abril/2022. A Conasa possui 76% de participação do Consórcio Via Brasil e com a conclusão da incorporação dos ativos da Zetta Infraestrutura passará a possuir 90%.

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	UF
2021	2051	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias BR-163 / 230 / MT/PA	Mato Grosso

#### Consórcio Alagoas (Bloco B)

Em 13 de dezembro de 2021, o Consórcio formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B), compreendendo mais de 560 mil habitantes. O lance foi de R\$ 1,215 bilhão para o gerenciamento dos serviços pelos próximos 35 anos.

Além da outorga, o consórcio fará investimentos previstos de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão. Para o abastecimento de água estão estimados em R\$ 883.411 milhões e compreendem os sistemas coletivos de água Sertão, Bacia Leiteira, Caranguêja e Caçamba e Agreste. Para a coleta e tratamento de esgoto o aporte será de R\$ 1.014.053 bilhão.

Nos municípios atualmente atendidos pela CASAL, o consórcio realizará os serviços comerciais e de distribuição de água, e o esgotamento sanitário. Já nos municípios atendidos atualmente pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), serão prestados todos os serviços na sua totalidade. A universalização deverá ocorrer até 2033, considerando atingir 100% de abastecimento de água e 90% do tratamento de esgoto.

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	UF
2022	2057	Concessionária responsável pela gestão de tratamento de água e esgoto de 34 municípios do Agreste de Alagoas.	Alagoas

#### 1.2 Impactos da Pandemia

Os impactos da pandemia na Companhia e suas investidas foram limitados, com perda marginal de receita e aumento controlável da inadimplência. Além disso, houve atrasos na execução de investimentos previstos para o exercício de 2020, sem prejuízo aos contratos de concessão e obrigações previstas, mas com postergação dos resultados oriundos de tais investimentos. Para o encerramento do exercício de 2021, a Companhia foi afetada no primeiro trimestre principalmente na investida Águas de Itapema, por ser cidade litorânea, onde decretos com restrições fizeram com que reduzisse a receita desta investida em valores estimados de R\$ 3.700, mesmo levando em consideração o aumento tarifário de 12,14%. Mesmo considerando esta queda na receita no primeiro trimestre de 2021, comparados ao mesmo período de 2020, a investida não sofreu impacto nos seus fluxos de caixa, uma vez que nos outros períodos não sofreu queda em seu faturamento e ao encerramento do exercício obteve um aumento significativo em 15,91% no faturamento anual recuperando sua receita com a retomada do turismo no litoral catarinense.

#### 2 Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em 24 de março de 2022.

#### 3 Base de preparação das informações contábeis:

##### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

##### 3.2. Base de mensuração

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.5. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.7.

##### 3.3. Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Para o encerramento do exercício de 2021, conforme mencionado na nota 1.1, os ativos e passivos das 4 companhias ao qual a Conasa Infraestrutura já detinha participações, foram consolidados os saldos com base em 31 de dezembro de 2021. Já os resultados destas mesmas foram utilizados apenas as movimentações de dezembro de 2021, onde iniciou-se o controle de participações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

	Participação acionária	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Controladas diretas</b>		
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A. (****)	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	68,72%	34,36%
Luz de Belém	75,00%	-
Via Brasil MT- 100 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	40,00%
Via Brasil MT- 320 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	40,00%
Via Brasil MT- 246 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	40,00%
Via Brasil BR- 163 Concessionária de Rodovias S.A.	76,00%	0,00%

#### Controladas indiretas (\*\*)

Alegrete RJ Participações S.A.	45,00%	50,00%
Caragua Luz S.A.	27,50%	27,50%
Consórcio Caraguá	27,50%	27,50%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	66,66%	33,33%

#### Coligadas (\*)

Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	20,00%
Marabá Luz SPE S.A.	20,00%	20,00%

#### Coligadas indiretas (\*)

Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%
--------------------------------------	--------	--------

#### Controlada em conjunto (\*\*\*\*)

Teresina Luz S.A.	33,33%	33,33%
-------------------	--------	--------

(\*) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras.

(\*\*) Alegrete e a CaraguaLuz e Consórcio Caraguá são controladas através da Urbeluz e a Sanema é controlada através da ASB.

(\*\*\*\*) A investida Teresina Luz é administrada em conjunto, onde as decisões devem ter pelo menos 75% de aprovação, o que requer unanimidade dentre os acionistas.

(\*\*\*\*\*) A Urbeluz, apesar da participação ser de 50%, faz parte da consolidação pelo acordo de votos junto ao acionista monitorário.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e eliminações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### 3.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

#### 3.5. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

##### 3.5.1. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

##### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição, e somente quando há aquisição.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

##### (b) Transações com participação de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", se existirem.

##### (c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária relevante que lhe assegura direito de influência na gestão via Assembleia, Conselho de Administração ou Diretoria, mas sem controle individual sobre tais órgãos.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

##### 3.5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e/ou empréstimos em conta corrente são demonstrados no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante.

##### 3.5.3 Ativos e passivos financeiros

##### 3.5.3.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantém instrumentos financeiros classificados apenas na categoria de custo amortizado.

##### • Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber.

##### 3.5.3.2 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

##### 3.5.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

##### 3.5.5 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação desses ativos é o da média ponderada móvel. Os custos desses ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Esses ativos são materiais destinados ao consumo, à alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso". As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

##### 3.5.6. Ativos de contrato de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de contrato de concessão.

No reconhecimento inicial, o ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão mensurados pelo valor justo. O valor justo é determinado pelo preço definido contratualmente, quando há, ou pelo custo de aquisição. Posteriormente, o ativo de contrato de concessão é apresentado pelo custo amortizado, sendo atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("TRAC") e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos de cada contrato e de mercado. Essa taxa remunerará o ativo de contrato de concessão no prazo de concessão, e periodicamente é revisada. O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da contraprestação pecuniária que deve remunerar a infraestrutura.

##### 3.5.7. Ativos intangíveis

##### a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com poderes concedentes.

A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível, a depender das características da concessão, à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo de contrato de concessão, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão. Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com os prazos dos contratos de concessão ou pela vida útil econômica dos bens, dos dois prazos o menor. Nos ativos de contrato de concessão, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo. Os Contratos de Concessão preveem a reversão do ativo ao final do período contratual, fazendo com que a amortização ocorra até seu término. Em casos específicos que haja desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, ativos intangíveis não amortizados devem ser indenizados pelo Poder Concedente para reversão do ativo.

##### b) Mais valia em investimentos

A mais valia reconhecida na aquisição de controladas representa a diferença entre o valor pago e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis no momento da aquisição, estando alocada no ativo intangível e no ativo de contrato vinculado à concessão e é amortizada ao longo do prazo de concessão das investidas.

##### c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

##### 3.5.8. Imobilizado

Terrenos e edificações que compreendem, principalmente escritórios e ativos não vinculados às concessões e PPPs ou não reversíveis ao final dessas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, limitado ao prazo da concessão, quando este for inferior à vida útil, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada, como segue:

	Taxa de depreciação ao ano	
Edificações	4%	
Instalações	4%	
Máquinas e equipamentos	10%	
Equipamentos de informática	20%	
Móveis e utensílios	10%	
Veículos	20%	
Beneficiarias em imóveis de terceiros	20%	

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

##### 3.5.9. Impairment de ativos não financeiros

A administração testa anualmente seus ativos não financeiros para identificar eventual necessidade de redução ao valor recu-

▶▶▶▶▶▶▶▶▶



180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas, que na média encerrou o exercício de 2021 em 1,82% (3,04% em 2020), conforme CPC 48/IFRS 9. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer - faturados	1.672	1.825	14.532	14.325
A vencer - a faturar	-	-	5.841	6.857
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	4.519	4.018
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	3.008	3.267
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	8.110	3.214
Vencidos acima de 180 dias	-	-	11.967	11.044
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(23.286)	(15.079)
	<b>1.672</b>	<b>1.825</b>	<b>24.691</b>	<b>27.646</b>

**5.1 Movimentação das Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldos iniciais</b>	<b>15.079</b>	<b>8.264</b>
Atualização / Reversão PCLD	(1.201)	(1.279)
Créditos provisionados no exercício	9.408	8.094
<b>Saldos finais</b>	<b>23.286</b>	<b>15.079</b>

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, além da análise do atual cenário da pandemia de Covid-19, a administração da Companhia e de suas controladas, decidiram constituir provisão estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 8.207 (R\$ 6.815 em 2020). O maior volume de registros de perdas se concentra na investida Alegrete Participações S.A. onde há atrasos de contraprestações por parte da Prefeitura de São João do Meriti-RJ.

**6. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>				
PIS a recuperar	34	-	351	628
COFINS a recuperar	159	-	1.624	2.897
ISS a recuperar	-	-	-	6
INSS a compensar (a)	21	4	178	1.455
IRRF a compensar	588	572	1.674	1.217
CSLL a recuperar	-	-	103	103
Outros impostos a recuperar	29	28	42	56
	<b>831</b>	<b>604</b>	<b>3.972</b>	<b>6.362</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
PIS a recuperar sobre Intangível	-	-	23	223
COFINS a recuperar sobre intangível	-	-	110	1.028
INSS a compensar (a)	-	-	1.470	1.116
IRRF a compensar	-	-	-	485
	-	-	<b>1.603</b>	<b>2.852</b>
	<b>831</b>	<b>604</b>	<b>5.575</b>	<b>9.214</b>

a) As investidas Urbeluz e Caraguá Luz possuem créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, sendo que esses foram objetos de pedido de restituição perante a Receita Federal e que está previsto para ressarcimento no próximo ano.

**7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços**

Estoques nas concessões e PPPs são classificados como ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços a serem prestados e são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caraguá Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Materiais de uso e consumo	441	272
Bombas e equipamentos	287	290
Tubos e conexões para água	167	146
Tubos e conexões para esgoto	929	918
Postes e acessórios	146	81
Fios e cabos	159	345
Lâmpadas e luminárias	1.738	1.366
Reatores e relés	179	233
Ar condicionados e ventiladores	18	22
Ferramentas	2	451
Outros materiais para manutenção	650	49
	<b>4.716</b>	<b>4.173</b>

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio de aquisição. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. A administração da Companhia avaliou não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência desses ativos.

**8. Adiantamentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a funcionários	24	24	244	184
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	4.667	3.716
Outros	159	137	259	138
	<b>183</b>	<b>161</b>	<b>5.170</b>	<b>4.038</b>

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados durante o período, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos de concessão que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos meses. Destaca-se adiantamentos realizados pela controlada Urbeluz com R\$ 3.241. Os referidos valores não sofrem atualização monetária, pois já se realizam e são reconhecidos como investimentos no mês subsequente ao adiantamento através das medições realizadas.

**9. Partes relacionadas**

**9.1. Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações</b>				
Via Brasil BR 163 (a)	4.260	-	-	-
Seven Apoio Administrativo Ltda	-	-	-	100
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	-	191
	<b>4.260</b>	-	-	<b>291</b>
<b>Mútuos</b>				
Consórcio Construtor Catarinense	886	765	886	765
Sanema Saneamento de Maceió Ltda (i)	24.787	-	-	-
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (d)	-	-	-	4.930
Via Brasil MT 320	-	4	22	4
	<b>25.673</b>	<b>769</b>	<b>908</b>	<b>5.699</b>
	<b>29.933</b>	<b>769</b>	<b>908</b>	<b>5.990</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações</b>				
Maua Luz(a)	266	266	266	266
Construtora Luz de Mauá (a)	1.873	-	1.873	-
Águas de Santo Antônio (b)	19.391	15.577	19.391	15.577
Urbeluz (a)	4.547	4.547	-	-
Via Brasil MT 100 (a)	-	8.341	-	8.341
Sanesul (c)	2.304	2.183	-	-
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	-	-	116	-
Construtora Rocha Cavalcante Engenharia de Materiais Ltda	-	-	55	-
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	-	-	23	-
M4 Investimentos e Participações Ltda	-	-	11	-
Construtora Ibérica Ltda	-	-	381	-
Fremix Pavimentação e Construções S.A.	-	-	34	-
Elo Serviços, Obras e Participações (k)	-	-	11.015	-
Consórcio Caragua (outros sócios)	-	-	2.563	-
Seven Apoio Administrativo toda	-	-	562	-
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	1.214	-
Teresina Luz (g)	4.778	-	4.778	-
Marabá Luz (a)	-	-	49	89
	<b>33.159</b>	<b>30.914</b>	<b>42.331</b>	<b>24.273</b>
<b>Mútuos</b>				
Cobrapar Companhia Brasileira de Participações Ltda (e)	-	-	14.537	14.537
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (d)	-	-	-	1.633
Outros	-	-	1.505	967
	-	-	<b>16.042</b>	<b>17.137</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)</b>	(19.391)	(15.577)	(19.391)	(15.577)
	<b>13.768</b>	<b>15.337</b>	<b>38.982</b>	<b>25.833</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo circulante</b>				
Sanesalto (f)	5.947	2.135	-	-
Sanetrat	-	1.446	-	-
Marabá Luz Ltda	70	-	263	-
Consórcio Caraguá (j)	3.000	-	1.665	179
Conasa SPE	716	1.150	-	-
Luz e Belém S.A. (h)	32.522	-	-	-
Construtora LM (g)	-	6.666	-	6.666
Construtora Rocha Cavalcante Ltda (i)	-	-	161	-
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (l)	-	-	636	-
M4 Investimentos e Participações Ltda (l)	-	-	153	-
Engenharia de Materiais Ltda (l)	-	-	207	-
GPI Participações em Investimentos S.A.	-	-	-	40
	<b>42.255</b>	<b>11.397</b>	<b>3.085</b>	<b>6.885</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Consórcio Caraguá	-	-	7	7

Via Brasil MT-246  
Cld Construtora, Lacos Det. e Elet. Ltda  
Sanesalto (f)

	232	-	-	-
	66	-	66	-
	-	4.597	-	-
	<b>298</b>	<b>4.597</b>	<b>73</b>	<b>7</b>
	<b>42.553</b>	<b>15.994</b>	<b>3.158</b>	<b>6.892</b>

(a) Os saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos. Cabe mencionar que o grupo não tem como prática interna a remuneração sobre esses adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. Os AFACs serão convertidos quando da autorização pelas assembleias gerais ou reunião de sócios das investidas para aumento de capital.

(b) Em virtude da caducidade do contrato de concessão da Águas de Santo Antônio, os aportes e mútuos efetuados à Companhia, foram provisionados para perdas devido a riscos de realização do saldo, após terem sido esgotadas todas as possibilidades de retomada dos negócios da investida, mediante discussão com o órgão competente, no qual discute-se a indenização de ressarcimento do ativo investido. A Companhia, mesmo pleiteando a indenização, resolveu constituir a provisão para perda.

(c) A Sanesul realizou aportes destinados à concessão da Águas de Meriti Ltda., dos quais parte já foram convertidos em integralização de capital, e o restante serão em períodos subsequentes. Os aportes realizados na Sanesul destinaram-se ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda.

(d) Em 30 de dezembro de 2019, com o recebimento da liquidação das suas debêntures, a controlada Conasa-SPE firmou contrato de mútuo entre partes relacionadas com a Zetta Infraestrutura S/A, onde foi aplicado juros remuneratórios de 8,75% ao ano, a ser liquidado em 24 parcelas, iniciando-se o pagamento em 30 de maio de 2020 e que estavam sendo pagos conforme cronograma de parcelamento. Com a conclusão da aquisição das participações nos investimentos da Zetta em 16 de dezembro de 2021, a Conasa liquidou o seu crédito.

(e) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, para investimento desta em Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"). O vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, em 6 de março de 2017, a Companhia ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. A Urbeluz solicitou, judicialmente, que parte dos valores referentes à venda dos projetos de PCHs de propriedade da Cobrapar fossem bloqueados como garantia de pagamento do mútuo acima informado. Em 17/12/2019 foi deferido o pedido do bloqueio dos recebíveis tendo sido já revertido em depósitos judiciais em favor da Urbeluz conforme descrito a seguir.

A Urbeluz obteve decisão favorável no processo de execução, com a penhora de recebíveis de titularidade da Cobrapar, conforme decisão 0701369-23.2017.8.07.0001 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Em 2020, a empresa Tradener que adquiriu PCHs da Cobrapar manifestou intenção de celebrar acordo com a Cobrapar (que se reverte em favor da Urbeluz) por meio da antecipação dos pagamentos futuros que são objeto da penhora judicial para atender à notificação judicial recebida.

Em 7 de outubro de 2020 a Tradener firmou o acordo de pagamentos em 12 parcelas mensais que serão devidos a partir do 36º mês após a data de cumprimento, pela Cobrapar, das condições estabelecidas nos instrumentos de renegociação. A Tradener informou que somente a PCH Tamboril cumpriu com todas as condições precedentes previstas nos instrumentos de renegociação, sendo que as demais PCHs aguardam apenas a emissão de licenças de instalação pela SEMARH/GO. Diante disso, a Tradener já realizou depósitos em juízo no valor total de R\$ 2.814 referente as parcelas de outubro de 2020 a março de 2021, do pagamento da PCH de Tamboril. Abaixo o valor de cada PCH:

PCH	VALOR
TAMBORIL	R\$ 5.494
GALAMEIRA	R\$ 5.636
SALGADO	R\$ 4.831
SÃO BARTOLOMEU	R\$ 6.441
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 22.403</b>

O valor das PCHs penhorado como recebíveis, é superior ao valor contábil dos créditos que a Urbeluz tem de direito, A Companhia tem o saldo em 31 de dezembro de 2021 atualizado de R\$ 44.639. A Urbeluz realizou impairment mantendo o saldo contábil de R\$ 14.537.

A Administração julga que não há riscos de realização, pois a Cobrapar é acionista da Companhia (43%), e o valor poderá ser realizado por meio da retenção de proventos ao acionista devedor, bem como retenção de distribuição de dividendos, ou as próprias ações.

(f) Os valores devidos pela controladora referem-se a recursos recebidos que serão liquidados no curto prazo com resultados futuros no valor de R\$ 2.035. O restante dos valores refere-se aos créditos tributários do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, da controladora e coligadas que adquiriram junto à Sanesalto Saneamento S.A. créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Sendo a controladora no valor de R\$ 3.912, as coligadas Companhia Águas de Itapema R\$ 2.918 e Sanetrat Saneamento S/A R\$ 539. Os saldos serão liquidados com vencimento final até 31 de maio de 2022.

(g) A Teresina Luz firmou contrato de empreitada global com a Construtora LM. O contrato previa pagamento de adiantamento, o qual foi realizado pela cessão de crédito detido pela TeresinaLuz contra seus acionistas sendo a parcela da Conasa no valor de R\$ 6.666, portanto essa obrigação foi assumida pela Conasa Infraestrutura. Os valores pagos pela Conasa para a parte relacionada Construtora LM tinha prazo de vencimento em 6 parcelas e foi concluído em setembro de 2021 e não havia juros remuneratórios. Diante da necessidade de conclusão das obras no projeto da Teresina, a Conasa aportou recursos no valor de R\$ 4.778 até o final do exercício de 2021, que serão integralizados no próximo exercício.

(h) A Companhia realizou os investimentos iniciais para assinatura da ordem de serviço com a investida Luz de Belém S.A. integralizando o seu capital social necessário. Porém, em virtude de atraso na assinatura do contato, a investida resolveu realizar contrato de mútuo com a controladora até que assinasse o contrato para execução das obras.

(i) A Companhia firmou contrato de mútuo com sua investida Sanema Saneamento de Maceió Ltda para conclusão de suas obras, com vencimento em 30 de setembro de 2022, onde não há juros remuneratórios. A Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

(j) A Companhia firmou contrato de mútuo com o Consórcio Caraguá, investida de sua controlada Urbeluz Energética S.A, com juros remuneratórios de 1% ao mês + IPCA, com vencimento em 5 de dezembro de 2022.

(k) A investida Luz de Belém S.A. recebeu investimento para integralização do seu capital social necessário. Porém, em virtude de atraso na assinatura do contato, a investida resolveu realizar contrato de mútuo com a acionista Elo, Serviços, obras e Participações S.A. até que assinasse o contrato para execução das obras.

(l) Os acionistas minoritários da Via Brasil BR-163 firmaram contrato de mútuo sem incidência de juros remuneratórios devendo ser quitados até a assinatura do contrato de concessão.

**9.2. Receitas entre partes relacionadas**

Como incremento de sua receita, a Controladora possui veículos, máquinas e equipamentos que são alugados às suas investidas para utilização dentro de suas operações. Os valores destes aluguéis são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras das investidas que consolidam.

A Companhia também presta serviços administrativos compartilhados em escritório central em Londrina-PR. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa para prestação dos serviços às investidas pela Conasa, como controladora, contabilidade, financeiro, fiscal, suprimentos, TI, jurídico, engenharia, recursos humanos, compliance, meio ambiente e remuneração do pessoal-chave. As outras receitas operacionais, são determinadas em sua maioria, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas. Abaixo as receitas entre partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita de locação de veículos e equipamentos</b>				
Companhia Águas de Itapema	176	176	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	62	62	-	-
Teresina Luz S.A.	154	-	154	-
Sanetrat Saneamento S.A.	104	104	-	-
	<b>496</b>	<b>342</b>	<b>154</b>	<b>-</b>
<b>Outras receitas operacionais (g)</b>				
Companhia Águas de Itapema	4.953	4.303	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	3.703	3.093	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	903	873	-	-
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	365	352	30	352
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	358	340	30	340
Teresina Luz S.A.	123	40	123	40
Urbeluz Energética S.A.	753	733	-	-
Alegrete RJ Participações S.A.	194	189	-	-
Caraguá Luz S.A.	107	105	-	-
Consórcio Caraguá	83	81	37	36
	<b>11.542</b>	<b>10.109</b>	<b>221</b>	<b>768</b>
	<b>12.038</b>	<b>10.451</b>	<b>375</b>	<b>768</b>

**9.3. Avaliação do valor recuperável**

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do plano de negócios de todas as Companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados durante o prazo da concessão ou das PPPs.

Até o momento, não foram identificadas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas, exceto as relacionadas a Águas de Santo Antônio, com provisão já constituída.

**9.4. Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal chave da administração é composto por 5 membros do conselho de administração e por 3 diretores que tem remuneração fixa. Não há pagamentos variáveis ao pessoal chave da administração.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações ou plano de stock-options. No exercício de 2021, os administradores tiveram reajuste com base no IPCA acumulado do período e receberam o montante de R\$ 4.484 durante o exercício de 2021 (R\$ 4.115 no exercício de 2020), incluindo a remuneração do pessoal chave da Administração em todas as empresas do Grupo.

**9.5. Despesas entre partes relacionadas**

10. **Títulos de valores mobiliários**  
10.1. **Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Títulos de valores mobiliários</b>				
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (c)	6.439	7.119	-	-
	<b>6.439</b>	<b>7.119</b>	-	-
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Títulos de valores mobiliários</b>				
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (b)	14.874	10.380	-	-
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (c)	-	583	-	-
Cédula crédito imobiliário (a)	-	-	-	31.689
Incorporação de ativos - Fundo de renda fixa (nota 1.1) (e)	-	-	50.972	-
Aplicações financeiras permanentes	-	-	3.474	3.221
Quotas de capital (instituição financeira cooperativa)	12	5	79	5
	<b>14.886</b>	<b>10.968</b>	<b>54.525</b>	<b>34.915</b>
<b>Total de títulos de valores mobiliários</b>	<b>21.325</b>	<b>18.087</b>	<b>54.525</b>	<b>34.915</b>

10.2. **Movimentação**

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>18.087</b>	<b>34.915</b>
Incorporação de ativos (nota 1.1)	-	50.972
(+) Aplicações	6	755
(-) Recebimentos do principal	-	-
(-) Recebimentos de juros	(2.290)	(974)
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	(327)	-
(+) Baixa por cisão de CCI (Sanetrat) (nota 24.2)	1.255	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	4.594	(31.689)
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>21.325</b>	<b>54.525</b>

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>15.258</b>	<b>34.326</b>
(+) Aplicações	-	589
(-) Recebimentos do principal	(1.502)	-
(-) Recebimentos de juros	(698)	-
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	1.324	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	3.705	-
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18.087</b>	<b>34.915</b>

(a) Em 30 de maio de 2014 e 5 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. – BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário-CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A. A Sanetrat adquiriu estas CCLs pelos montantes de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente. Essas CCLs securitizaram os recebíveis de Contrato de Arrendamento, firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A. A CCI foi emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT, devidamente registrada na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel"). Em relação à alienação fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor contábil das duas CCLs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado em março de 2019 pelo valor total de R\$ 43.338, sendo em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado das CCLs de R\$ 69.119. A Sanetrat realizou impairment, mantendo o saldo contábil de R\$ 31.689. A BFG adquiriu o Imóvel em ação de falência da IFC – International Food Company Indústria de Alimentos S.A., Processo nº 0039687-52.2008.8.26.0309 em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiá, Estado de São Paulo ("Ação de Falência IFC") e o arrendou. Após a emissão das CCLs e constituição da Alienação Fiduciária com autorização, a Ação de Falência IFC determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela arrendatária à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos parcialmente à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somavam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizavam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio da IFC com bancos comerciais ("ACC"). Com o arresto dos recebíveis do arrendamento, os ACC foram quitados. Com a quitação dos ACCs, a Sanetrat obteve decisão em 1ª e 2ª instâncias para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCLs. No julgamento do mérito de ambos os agravos, o mais recente em 27 de março de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão de 1ª instância, favorável à Sanetrat. Após a decisão e desbloqueio do Imóvel no âmbito da Ação de Falência IFC, a Brasil Foodservice Manager S.A., controlada da BFG, teve sua falência decretada no âmbito do Processo nº. 0411258-46.2014.8.19.0001 em trâmite perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Ação de Falência BFM"). Na Ação de Falência BFM, a Massa Falida instaurou o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica nº. 0053624-29.2018.8.19.0001 ("IDPJ"), pretendendo a extensão dos efeitos da Ação de Falência BFM para BFG e requerendo, liminarmente, o arresto de diversos bens, entre os quais o Imóvel. A Sanetrat opôs Embargos de Terceiro objetivando cancelamento do arresto sobre o Imóvel em função de a Alienação Fiduciária ter sido regularmente constituída antes da Ação de Falência BFM e da instauração do IDPJ. Em que pese a necessidade de análise dos Embargos de Terceiros, a alienação fiduciária do Imóvel foi regularmente registrada na matrícula do Imóvel. Ademais, ainda que a BFG, que é requerida no IDPJ, venha a ter contra si estendidos os efeitos da Falência, a Alienação Fiduciária do Imóvel deverá prevalecer, pois foi legal e corretamente constituída. No dia 05 de março de 2021, houve a realização de Assembleia Geral de Credores na Falência, na qual houve a deliberação e aprovação da Proposta pelos credores, onde a Brazal Brasil Alimentos S.A. e Vênus Capital e Participações S.A., devedoras das Cédulas de Crédito Imobiliário emitidas em favor da Sanetrat Saneamento S.A., apresentaram, no âmbito da Falência da Brasil Foodservice Manager S.A. e Porção Licenciamentos e Participações S.A., proposta alternativa para pagamento do passivo. A Proposta Alternativa não envolve créditos da Sanetrat, que não é credora da falência, nem o imóvel em Alienação Fiduciária. A Alienação Fiduciária e as próprias emissões das CCLs em nenhum momento foram questionadas judicialmente. A probabilidade de perda no processo que discute o arresto do imóvel junto à massa falida é classificado como remoto, suportado pela opinião dos assessores jurídicos da administração. Em 19 de maio de 2021 a Companhia realizou assembleia geral de acionistas da Sanetrat deliberando pela cisão da controlada, segregando o ativo CCI. Na mesma data, a administração deliberou, com autorização do acionista INFRA Setorial FIP, pela distribuição de dividendos *in-natura*, entregando a CCI ao FIP. Com isso, a partir dessa data, a CCI não integra o ativo da controlada ou da Companhia. A conta de reserva de retenção de lucros em contrapartida foi reduzida em R\$ 31.689. (b) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no montante de R\$ 14.874 (R\$ 10.380 em 2020), de emissão de sua controlada Águas de Itapema, com vencimento em 2 de julho de 2029. Esse valor é atualizado com juros remuneratórios de 12% ao ano e atualização monetária através do IGP-M. (c) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R\$ 6.439 (R\$ 7.702 em 2020) de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a. (d) Os valores de aplicações de longo prazo referem-se a parcela aplicável a garantia de investimentos a serem realizados em 2023 na 3ª emissão de debêntures da investida Via Brasil MT-320 no valor de R\$ 51.382. O valor de R\$ 3.070 refere-se a a aplicação de 3 parcelas como garantia de pagamentos de debêntures da investida Sanesalto Saneamento S.A. O restante de R\$ 73 refere-se a aplicações de quotas de capital em bancos cooperativos. (e) O valor de aplicação financeira em fundos de renda fixa refere-se a conta reserva para garantia dos investimentos durante os exercícios de 2023 a 2026 da investida Via Brasil MT-320. Este valor advém da 3ª emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média das aplicações financeiras supera a 100% do CDI. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, podendo ser movimentada, porém não pode ser utilizado o recurso por conta das debêntures.

11. **Outros ativos não circulantes**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "outros ativos não circulantes" estão compostos de depósitos recursais, de investimentos em MIP (manifestação de interesse da iniciativa privada), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos recursais	173	164	743	726
Investimentos em MIP's (a)	-	-	-	424
Investimentos em novos negócios (b)	729	-	728	-
Despesas antecipadas de projetos e estudos (c)	-	-	3.564	-
Adiantamento a fornecedores (d)	-	-	6.922	-
	<b>902</b>	<b>164</b>	<b>11.957</b>	<b>1.150</b>

(a) MIP's (Manifestação de interesse privado) são gastos autorizados pelos municípios para avaliação de eficiência da iluminação pública para os processos de licitação. Caso a Urbeluz ganhe a licitação será ressarcida no ato ou conforme negociado em contrato. A Urbeluz foi autorizada a fazer os estudos técnicos, jurídicos e econômicos, os quais estavam em fase final de avaliação dos documentos da prefeitura de Campos do Goytacazes - RJ. Como os gastos não foram aprovados pela Prefeitura, a administração resolveu baixar o ativo para resultado do período. (b) Em 07/07/2021, o Consórcio Via Brasil liderado pela Conasa Infraestrutura foi declarado vencedor do leilão da rodovia BR-163/230/MT/PA. Em face de todos os estudos e projetos sobre este novo negócio a Controladora obteve custos relacionados a este, e mantém em seu ativo, considerando que estas despesas serão rateadas entre os outros acionistas. (c) O saldo de despesas antecipadas refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, contratado pela prefeitura de Teresina-PI e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Essas despesas antecipadas com o pagamento do projeto serão amortizadas linearmente até o final do contrato de PPP. (d) Refere-se a adiantamentos realizados a empreiteiros e prestadores de serviços na execução das obras e trabalhos iniciais da investida Via Brasil MT-246.

12. **Investimentos**

a) **Composição dos investimentos**

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento
<b>Investimentos (ativo):</b>						
Companhia Águas de Itapema	100,00%	66.611	66.611	100,00%	33.869	33.869
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	3.178	3.178	100,00%	5.927	5.927
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	6.030	6.030	100,00%	42.283	42.283
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	-	-	-	89,91%	137	123
Conasa SPE S.A.	100,00%	744	744	100,00%	-	-
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	48.948	24.474	50,00%	35.694	17.847
Mauá Luz Ltda.	20,00%	50.660	10.132	20,00%	32.215	6.443
Construtora Luz de Mauá Ltda.	20,00%	84.140	16.828	20,00%	46.485	9.297
Teresina Luz S.A.	33,33%	42.223	14.073	33,33%	39.241	13.079
Luz de Belém S.A.	75,00%	47.224	35.418	-	-	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	68,72%	214.946	147.711	34,03%	81.572	27.759
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	40.006	20.803	40,00%	16.493	6.597
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	19.260	10.015	-	-	-
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	12.896	6.706	40,00%	29.883	11.953
		<b>636.866</b>	<b>362.723</b>		<b>363.799</b>	<b>175.177</b>
<b>Mais Valia em controladas</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	58.849	-	-	60.535
Urbeluz Energética S.A.	-	-	9.890	-	-	11.229
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	-	1.226	-	-	1.247
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	-	-	44.095	-	-	-
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	-	-	8.650	-	-	-
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	-	-	30.027	-	-	-
Luz de Belém S.A. (a)	-	-	632	-	-	-
			<b>153.369</b>			<b>73.011</b>
			<b>516.092</b>			<b>248.188</b>
<b>Perda com investimentos (passivo)</b>						
Conasa-SPE S.A.	100,00%	-	-	100,00%	(276)	(276)
Marabá Luz S.A. (Conasa)	20,00%	(85)	(17)	-	-	-
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	76,00%	(5.064)	(3.849)	-	-	-
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	89,91%	(19)	(17)	-	-	-
Águas de Santo Antônio S.A.	100,00%	-	-	100,00%	(184)	(184)
		<b>(5.168)</b>	<b>(3.883)</b>		<b>(460)</b>	<b>(460)</b>
<b>Saldo líquido de investimento</b>			<b>512.209</b>			<b>247.728</b>

**Combinação de Negócios**

a) Em 3 de maio de 2021, a Companhia firmou Memorando de Entendimentos vinculante para incorporação de parcela dos ativos da Zetta Infraestrutura S.A., entregando ações à U2S, que é a holding da mesma, equivalentes a 10% do capital social da Conasa. A incorporação visou a consolidação de participação em ativos já detidos pela Companhia em que a Zetta Infraestrutura S.A. detinha participação minoritária, com objetivo de consolidar controle da Conasa sobre tais ativos. A Zetta detinha 34% da ASB, 25% da Luz de Belém, 12% da Via Brasil MT 100, 12% da Via Brasil MT 320 e 12% da Via Brasil MT 246. Com a incorporação, a Conasa passou a deter 68% da ASB, a qual era controlada por acordo de voto, 75% da Luz de Belém, 52% da Via Brasil MT 100, 52 % da Via Brasil MT 320 e 52% da Via Brasil MT 246 e controlará tais Companhias nas principais decisões corporativas. Em 30 de novembro de 2021, foi concluída a aquisição desses investimentos, por meio de cisão parcial dos ativos e passivos da Zetta Infraestrutura S.A. contribuídos na constituição da Zetta Participações S.A., os quais foram assumidos pela Conasa Infraestrutura S.A. Conforme exigência do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios, em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia, como adquirente, deve remensurar sua participação anteriormente detida na adquirida pelo valor justo na data da aquisição do controle e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver. Consequentemente, a Companhia registrou o ganho no resultado do exercício no montante de R\$ 57.360. Com a conclusão da incorporação dos ativos da Zetta Participações S.A. e com a aquisição do controle das investidas nas quais a Conasa Infraestrutura já participava, foi realizada alocação do preço de compra ("PPA" - *Purchase Price Allocation*) utilizando o método de fluxo de caixa do acionista descontado para cada um dos investimentos, onde foram identificados e mensurados a valores justos os ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição. O PPA está em fase de conclusão, motivo pelo qual estão apresentados os números preliminares. Das participações adquiridas pela Conasa Infraestrutura não foram considerados o ativo da ASB Ativos de Saneamento S.A. ("Sanema") pois a Companhia já detinha o controle. Como resultado do PPA, foi identificada mais valia dos ativos líquidos adquiridos no valor de R\$ 26.044, atribuídos aos contratos de concessão no ativo intangível, considerando o valor pago em decorrência da troca de ações junto a Conasa Infraestrutura S.A. Caso a transação de aquisição das participações da Zetta Infraestrutura tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, o saldo da receita líquida consolidada seria de R\$ 542.804 e o lucro líquido seria de R\$ 181.207. Não se espera que a mais valia reconhecida seja tributável para fins de imposto de renda, em virtude da perspectiva da administração em mudar o regime tributário da Companhia para o lucro presumido já a partir de 2023, motivo pelo qual nenhum saldo de tributo diferido foi constituído. A tabela a seguir resume os valores preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, ajustados ao valor justo na data da aquisição da participação na Conasa Infraestrutura S.A.

<b>Combinação de negócios</b>	<b>30/11/2021</b>
Ações emitidas	70.727
Ágio na emissão de ações	16.914

<b>Total da contraprestação transferida</b>	<b>87.641</b>
(-) Aquisição participação adquirida junto a não controladores (a)	(61.710)
	<b>25.931</b>

<b>Total da contraprestação</b>	<b>103.683</b>
<b>Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>129.615</b>

	30/11/2021
Caixa e equivalentes de caixa	45.041
Contas a receber e outros créditos	4.540
Partes relacionadas ativas	33.758
Imobilizado (Nota 13.2)	1.832
Intangível (Nota 14.b)	112.007
Mais valia identificada sobre contrato de concessão (intangível) e remensuração da parcela anteriormente detida (Nota 12.b)	147.732
Direito de uso (Nota 16.1.1)	28.226
Títulos e valores mobiliários (Nota 10.1)	50.972
Outros ativos	13.670
Fornecedores	(16.768)
Empréstimos e debêntures (Nota 18.3)	(133.869)
Partes relacionadas passivas	(24.862)
Passivos de arrendamento (Nota 16.2.1)	(25.122)
Outros passivos	(4.200)
<b>Total de ativos líquidos identificáveis</b>	<b>232.955</b>
Participação dos não controladores provenientes da combinação de negócios	(103.341)
	<b>129.615</b>

(a) A Companhia já possuía o controle na investida ASB/Sanema e adquiriu participação adicional junto ao minoritário. Em virtude da transação também estar incluída na aquisição da Zetta e consequentemente na formação do preço pago, foi demonstrado os valores dessa aquisição no quadro acima.

**Composição dos investimentos:**

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento
<b>Investimentos (ativo):</b>						
Concessionária Águas de Merit Ltda	49,00%	5.082	2.490	49,00%	5.296	2.595
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A	-	-	-	40,00%	16.493	6.597
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A	-	-	-	40,00%	29.883	11.953
Mauá Luz Ltda	20,00%	50.660	10.132	20,00%	32.215	6.443
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	84.140	16.828	20,00%	46.485	9.297
Teresina Luz S.A.	33,33%	42.223	14.073	33,33%	39.241	13.079
		<b>182.105</b>	<b>43.523</b>		<b>169.613</b>	<b>49.964</b>
<b>Perdas em Investimentos (Passivo):</b>						
Marabá Luz S.A. (Conasa)	20,00%	(85)	(17)	-	-	-
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	55,00%	(85)	(46)	-	-	-
		<b>(170)</b>	<b>(63)</b>			
<b>Total de investimentos</b>			<b>43.460</b>			<b>49.964</b>

b) **Movimentação dos investimentos**

	Controladora									
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Incorporação de ativos - nota 1.1	Redução de Capital	Dívidas assumidas pela Controladora	Provisão / Reversão / Proposta de dividendos	Recebimento de dividendos	Equivalência patrimonial do período	Saldo em 31/12/2021	
<b>Investimentos (ativo):</b>										
Companhia Águas de Itapema	33.869	31.711	-	-	-	-	-	1.031	66.611	
Companhia Águas de Santo Antônio	-	-	-	-	(3.303)	-	-	3.303	-	
Sanesalto Saneamento S.A.	5.927	-	-	-	-	(1.039)	(5.866)	4.156	3.178	
Sanetrat Saneamento S.A.	42.283	-	-	(36.597)	-	-	(300)	644	6.030	
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	123	-	-	-	-	-	-	(123)	-	
Conasa SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	744	744	
Urbeluz Energética S.A	17.847	-	-	-	-	2.436	-	4.191	24.474	
Mauá Luz Ltda	6.443	69	-	-	-	-	-	3.620	10.132	
Construtora Luz de Mauá Ltda	9.297	-	-	-	-	-	-	7.531	16.828	
Teresina Luz S.A.	13.079	-	-							

	204.141	28.542	(4.195)	(2.837)	22.536	248.188
<b>Perda com investimento (passivo):</b>						
Conasa SPE	-	-	-	-	(276)	(276)
Águas de Santo Antônio S.A.	-	-	-	-	(184)	(184)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	(53)	65	-	-	(12)	-
	(53)	65	-	-	(472)	(460)
	204.088	28.607	(4.195)	(2.837)	22.064	247.728

a) Em 30 de setembro de 2020 o Consórcio Caraguá, através de seus sócios, do qual a controlada Urbeluz Energética participa com 55%, resolveram reconhecer a distribuição dos lucros anteriormente já antecipados, diretamente no patrimônio líquido do consórcio no montante de R\$ 2.751.

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2020	Aporte/ aumento de capital	Aquisição de controle - nota 1.1	Reclassificação para Intangível	Dividendos Propostos	Equivalência patrimonial do período	Perdas em Investimentos	Saldo em 31/12/2021
<b>Investimentos (ativo):</b>								
Concessionária Águas de Meriti Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	2.595	-	-	-	-	(105)	-	2.490
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	6.597	-	(8.725)	-	-	2.128	-	-
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	11.953	-	(6.085)	-	-	(5.868)	-	-
Maua Luz Ltda.	-	8.322	(7.835)	-	-	(487)	-	-
Construtora Luz de Maua Ltda.	6.443	69	-	-	-	3.620	-	10.132
Luz de Belém S.A.	9.297	-	-	-	-	7.531	-	16.828
Teresina Luz S.A.	13.079	-	(23.679)	-	(231)	(427)	-	-
<b>Mais Valia (ativo):</b>								
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	-	1.686	-	(1.686)	-	-
Urbeluz Energética S.A.	-	-	-	1.339	-	(1.339)	-	-
ASB Sanema Saneamento de Maceió S/A	-	-	-	21	-	(21)	-	-
	<b>49.964</b>	<b>32.497</b>	<b>(46.324)</b>	<b>3.046</b>	<b>(231)</b>	<b>4.571</b>	-	<b>43.523</b>
<b>Perdas com Investimentos (passivo):</b>								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	-	-	-	-	-	(1)	(18)	(19)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	-	-	-	-	-	(1)	(43)	(44)
	-	-	-	-	-	(2)	(61)	(63)
<b>Total líquido de investimentos</b>	<b>49.964</b>	<b>32.497</b>	<b>(46.324)</b>	<b>3.046</b>	<b>(231)</b>	<b>4.569</b>	<b>(61)</b>	<b>43.460</b>

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Aporte/ aumento de capital	Equivalência patrimonial do período	Reclassificação para Intangível	Saldo em 31/12/2020
<b>Investimentos (ativo):</b>					
Concessionária Águas de Meriti	2.605	95	(105)	-	2.595
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	3.921	-	2.676	-	6.597
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	5.797	10.600	(4.444)	-	11.953
Sanesalto Saneamento S.A. (Mais Valia)	-	-	(1.528)	1.528	-
Urbeluz Energética S.A. (Mais Valia)	-	-	(1.292)	1.292	-
Maua Luz Ltda.	2.602	-	3.841	-	6.443
Construtora Luz de Maua Ltda.	9.017	-	280	-	9.297
Teresina Luz S.A.	-	13.332	(253)	-	13.079
	<b>23.942</b>	<b>24.027</b>	<b>(825)</b>	<b>2.820</b>	<b>49.964</b>

Balanço Sintético das Controladas e Coligadas							
31/12/2021				31/12/2020			
Total de ativos	Total de passivos	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto) das Investidas	Total de ativos	Total de passivos	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto) das Investidas
<b>Controladas</b>							
Companhia Águas de Itapema	210.337	143.727	1.031	65.580	191.975	158.106	(5.744)
Sanesalto Saneamento S.A.	52.242	49.064	4.156	4.206	61.818	55.891	5.876
Sanetrat Saneamento S/A	9.107	3.078	644	5.386	44.627	2.344	363
Conasa-SPE	744	-	1.020	744	10.002	10.278	(1.735)
Urbeluz Energética S.A	160.047	89.093	8.382	70.954	152.100	97.717	29.455
Sanesul Construtora e Saneamento do Sul S/A	2.501	2.520	(156)	135	2.598	2.461	(614)
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S/A	214.977	32	133.372	81.573	81.612	38	24.348
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	70.777	30.773	6.517	40.005	78.207	61.714	(6.690)
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	155.631	142.734	(16.986)	12.896	81.443	51.560	(11.109)
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	85.133	65.873	(1.544)	19.260	-	-	-
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	56.309	61.373	(5.075)	(5.065)	-	-	-
Luz de Belém S.A.	48.099	875	(132)	-	-	-	-
Envimax Consultoria e Serviços	-	-	-	1	1	(12)	1
<b>Coligadas diretas</b>							
Maua Luz Ltda	133.821	83.163	18.095	32.563	124.337	92.122	19.202
Construtora Luz de Maua Ltda	138.337	54.195	37.656	46.485	71.937	25.452	1.399
Marabá Luz S.A.	264	349	(4)	(80)	264	349	(84)
<b>Controladas em conjunto</b>							
Teresina Luz S.A.	128.364	86.142	3.674	39.240	40.056	816	(760)
<b>Controladas indiretas</b>							
Alegrete Participações RJ S.A.	63.434	50.645	7.397	5.392	57.659	52.267	9.723
Caraguá Luz S.A.	70.829	22.837	6.461	41.531	64.147	22.616	15.605
Sanema - Saneamento de Maceió Ltda	435.984	214.369	137.500	84.116	132.948	48.832	25.103
Concessionária Águas de Meriti Ltda	5.082	-	(213)	5.295	5.295	-	(212)

### 12.1 Avaliações de impairment

A Companhia não identificou nenhum indicativo de impairment durante o exercício, ou seja, não foi identificado nenhum evento ou mudança nas circunstâncias que indicam que o valor contábil dos ativos pode não ser recuperável, portanto nenhuma perda foi registrada.

### 13. Imobilizado

#### 13.1. Composição

	(% Taxa a.a. Deprec.	Controladora				
		31/12/2021			31/12/2020	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(10)	-	-	
Máquinas e equipamentos	10	606	(578)	28	54	
Equipamentos de informática	20	886	(395)	491	140	
Móveis e utensílios	10	323	(171)	152	58	
Veículos	20	1.005	(828)	177	231	
Terrenos	-	700	-	700	700	
		<b>3.530</b>	<b>(1.982)</b>	<b>1.548</b>	<b>1.183</b>	
	(% Taxa a.a. Deprec.	Controladora				
		31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(10)	-	-	
Máquinas e equipamentos	10	606	(552)	54	85	
Equipamentos de informática	20	467	(327)	140	42	
Móveis e utensílios	10	216	(158)	58	64	
Veículos	20	1.005	(774)	231	35	
Terrenos	-	700	-	700	700	
		<b>3.004</b>	<b>(1.821)</b>	<b>1.183</b>	<b>926</b>	
	(% Taxa a.a. Deprec.	Consolidado				
		31/12/2021			31/12/2020	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10	35	(23)	12	7	
Máquinas e equipamentos	10	3.388	(2.480)	908	1.888	
Equipamentos de informática	20	3.405	(1.578)	1.827	442	
Móveis e utensílios	10	1.719	(732)	987	258	
Veículos	20	6.745	(5.377)	1.368	1.723	
Benfeitorias em imóveis	20	6.699	(5.098)	1.601	2.441	
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370	
Obras em andamento	-	109	-	109	109	
		<b>28.470</b>	<b>(15.288)</b>	<b>13.182</b>	<b>13.238</b>	
	(% Taxa a.a. Deprec.	Consolidado				
		31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10	25	(18)	7	8	
Máquinas e equipamentos	10	4.147	(2.259)	1.888	1.174	
Equipamentos de informática	20	1.468	(1.026)	442	400	
Móveis e utensílios	10	820	(562)	258	311	
Veículos	20	6.544	(4.821)	1.723	1.893	
Benfeitorias em imóveis	20	6.612	(4.171)	2.441	3.372	
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370	
Obras em andamento	-	109	-	109	109	
		<b>26.095</b>	<b>(12.857)</b>	<b>13.238</b>	<b>13.637</b>	

Segundo a avaliação feita pela Administração, não há indicadores na Companhia e em suas controladas, de que determinados

ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

#### 13.2. Movimentação do imobilizado

	Controladora				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	54	-	-	(26)	28
Equipamentos de informática	140	419	(1)	(67)	491
Móveis e utensílios	58	106	-	(12)	152
Veículos	231	-	-	(54)	177
Terrenos	700	-	-	-	700
	<b>1.183</b>	<b>525</b>	<b>(1)</b>	<b>(159)</b>	<b>1.548</b>

	Controladora				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	85	-	-	(31)	54
Equipamentos de informática	42	125	(4)	(23)	140
Móveis e utensílios	64	2	-	(8)	58
Veículos	35	235	-	(39)	231
Terrenos	700	-	-	-	700
	<b>926</b>	<b>362</b>	<b>(4)</b>	<b>(101)</b>	<b>1.183</b>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Incorporação de ativos - nota 1.1	Adições	Baixas	
Instalações	7	-	5	-	12
Máquinas e equipamentos (a)	1.888	215	-	(987)	908
Equipamentos de informática (a)	442	844	725	-	1.827
Móveis e utensílios (a)	258	622	160	-	987
Veículos (a)	1.723	149	52	-	1.368
Benfeitorias em imóveis (a)	2.441	2	-	-	1.601
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Obras em andamento	109	-	-	-	109
	<b>13.238</b>	<b>1.832</b>	<b>942</b>	<b>(987)</b>	<b>13.182</b>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Instalações	8	-	-	(1)	7
Máquinas e equipamentos	1.174	1.004	(20)	(270)	1.888
Equipamentos de informática	400	193	(34)	(117)	442
Móveis e utensílios	311	11	(9)	(55)	258
Veículos	1.893	465	-	(635)	1.723
Benfeitorias em imóveis	3.372	24	(105)	(850)	2.441
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Obras em andamento	109	-	-	-	109
	<b>13.637</b>	<b>1.697</b>	<b>(168)</b>	<b>(1.928)</b>	<b>13.238</b>

#### 14. Intangível

##### a) Composição

	Taxa de Amortização Anual Média	Consolidado			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
<b>Ativo Intangível - Saneamento (a)</b>					
Em serviço (Águas de Itapema)	4,79%	222.131	(62.503)	159.628	159.696
Em serviço (Sanesalto)	4,65%	72.225	(37.228)	34.997	38.336
		<b>294.356</b>	<b>(99.731)</b>	<b>194.625</b>	<b>198.032</b>
<b>Ativo Intangível - Rodovias (a)</b>					
Em serviço (Rodovias)	9,64%	136.262	(36.200)	100.062	-
Outorgas (Rodovias)	4,05%	19.341	(1.146)	18.195	-
		<b>155.603</b>	<b>(37.346)</b>	<b>118.257</b>	-
<b>Softwares e aplicativos</b>					
Softwares e aplicativos	20,00%	6.754	(4.818)	1.936	1.859
		<b>6.754</b>	<b>(4.818)</b>	<b>1.936</b>	<b>1.859</b>
<b>Mais valia de ativos de contratos de concessão (b)</b>					
Sanesalto Saneamento S.A.	2,72%	62.063	(3.214)	58.849	60.53

## 14.1. Serviços de construção

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	15.441	19.660
Custo de construção	(15.441)	(19.660)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia não registra margem de lucro sobre os serviços de construção de ativos intangíveis, pela ausência de valor de referência diferente do custo (Nota 3.5.16).

## 15. Ativo de contrato de concessão

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativo de contrato de concessão. Os ativos (ou passivos) oriundos de contratos de construção (ou similar) que a obrigação de performance ainda não tenha sido satisfeita deve permanecer registrada como ativo de contrato até que sejam cumpridas todas as obrigações de performance. O contrato da Sanema que, apesar de não ter a obrigação de performance de operação/manutenção, tem que cumprir com a obrigação de performance que é a conclusão da obra.

## 15.1. Composição

	Consolidado				Total
	Mais Valia em Investimentos	Alegrete	Caragua Luz	ASB/ Sanema (b)	
<b>Saldo inicial</b>	-	<b>44.919</b>	<b>50.999</b>	<b>126.316</b>	<b>222.234</b>
Adições (receita de construção)	-	651	6.550	255.504	262.705
Remuneração do ativo de contrato (PPPs)	-	17.138	12.820	-	29.958
Remuneração do ativo de contrato (Sanema)	-	-	-	48.056	48.056
Recebimento Contratos	-	(11.693)	(11.402)	(4.944)	(28.039)
Transferência para ativo intangível	-	-	-	-	-
Adiantamento para realização ativo de contrato	-	-	-	6.689	6.689
Ubeluz Energética S.A.	9.890	-	-	-	9.890
ASB Ativos de Saneamento	1.226	-	-	-	1.226
Luz de Belem S.A.	632	-	-	-	632
<b>Saldo final</b>	<b>11.748</b>	<b>51.015</b>	<b>58.967</b>	<b>431.621</b>	<b>553.351</b>
TRAF (*)	-	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.	

Circulante 58.572  
Não circulante 494.779  
**553.351**

	Consolidado					Total
	Mais Valia em Investimentos	Itapema (a)	Alegrete	Caragua Luz	ASB/ Sanema (b)	
<b>Saldo inicial</b>	-	<b>17.200</b>	<b>26.556</b>	<b>40.590</b>	<b>46.607</b>	<b>130.953</b>
Adições (receita de construção)	-	-	9.273	1.206	70.377	80.856
Adições (Reequilíbrio de contrato)	-	-	-	8.600	-	8.600
Remuneração do ativo de contrato (PPPs)	-	-	13.767	6.062	-	19.829
Remuneração do ativo de contrato (Sanema)	-	-	-	-	6.110	6.110
Recebimento Contratos	-	-	(4.677)	(5.459)	-	(10.136)
Transferência para ativo intangível	-	(17.200)	-	-	-	(17.200)
Adiantamento para realização ativo de contrato	-	-	-	-	3.222	3.222
Ubeluz Energética S.A.	11.229	-	-	-	-	11.229
ASB Ativos de Saneamento S.A.	1.247	-	-	-	-	1.247
<b>Saldo final</b>	<b>12.476</b>	<b>44.919</b>	<b>50.999</b>	<b>126.316</b>	<b>234.710</b>	
TRAF (*)	-	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.		

Circulante 23.853  
Não circulante 210.857  
**234.710**

(\*) Taxa de retorno do ativo de contrato de concessão

(a) Referem-se ao direito contratual da concessionária Companhia Águas de Itapema de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 14).

(b) A Sanema iniciou os recebimentos de seus contratos em novembro de 2021.

## 15.2. Serviços de construção

	Caraguá e Alegrete e Itapema	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	7.201	10.479
Custos de construção	(7.201)	(10.479)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia registra as receitas e custos de construção com margem zero para atender o CPC 04 e OCPC01, considerando que os investimentos serão remunerados ao longo do contrato de parceria público privado.

## 15.3. Serviços de construção de ativos

	Sanema	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	255.504	70.377
Custos de construção	(106.262)	(34.499)
	<b>149.242</b>	<b>35.878</b>

A Companhia atua com sua controlada Sanema Saneamento de Maceió Ltda como responsável primária pela construção de ativos, sendo redes coletoras e uma ETE – Estação de tratamento de Esgoto na cidade de Maceió com contrato de execução com a CASAL - Companhia de Saneamento do estado de Alagoas. O contrato é de 30 anos, sendo os 30 primeiros meses para construção do ativo, tendo esse mesmo prazo de carência para recebimento do aluguel dos ativos. Logo abaixo o demonstrativo dos valores recebidos referente ao VML (Valor Mensal de Locação).

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Sanema Saneamento S.A.		
Valor Mensal de Locação (VML)	4.944	
(-) Parcela de juros para amortização do Ativo	(1.304)	
(=) Receita Bruta (principal)	<b>3.640</b>	

## 15.4. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Essa remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo de contrato de concessão, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo de contrato de concessão e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, e revisadas anualmente. Há também as contraprestações recebidas referentes a investida Sanema, onde iniciou-se em novembro de 2021 os recebimentos referente a locação de ativos.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Alegrete</b>		
Contraprestação	36.706	34.742
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(11.693)	(7.982)
(=) Receita Bruta	<b>25.013</b>	<b>26.760</b>

	Caraguá	
	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação	17.619	29.522
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(11.402)	(8.161)
(=) Receita Bruta	<b>6.217</b>	<b>21.361</b>

	Sanema	
	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação	4.944	-
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(4.944)	-
(=) Receita Bruta	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação	59.269	64.264
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(28.039)	(16.143)
(=) Receita Bruta	<b>31.230</b>	<b>48.121</b>

## Teste de impairment do ativo de contrato de concessão

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como resultado dos testes de impairment, realizados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos financeiros de contrato de concessão, classificadas ao custo amortizado, poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

## 16. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos - Consolidado

## 16.1 Direito de uso

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2021			31/12/2020	
		Custo	Amortização acumulada	Direito Uso Líquido	Direito de uso líquido	
Direito de uso - Built to Suilt (a)	2,52%	17.376	(4.592)	12.784	14.703	
Direito de uso - Built to Suilt (b)	24,56%	23.448	(3.619)	19.829	-	
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (c)	0,00%	55.584	-	55.584	-	
Direito de uso - Outros arrendamentos	24,49%	16.515	(5.627)	10.888	1.514	
		<b>112.923</b>	<b>(13.838)</b>	<b>99.085</b>	<b>16.217</b>	

a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação de 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. O Built to suit tem taxa média anual de juros de 12,62%, e seu último vencimento está previsto para dezembro de 2027. Em 2018, foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06. Na adoção inicial, em 1º de janeiro de 2019, o direito de uso foi agrupado ao intangível.

b) Em 08 de abril de 2019 a Via Brasil MT-100 firmou contrato de locação de ativos atípica com a Conseng Engenharia Ltda, em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de realizar obras no sistema rodoviário e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 561 mensais a serem pagos em 48 parcelas corrigidas pelo IPCA.

c) Refere-se ao aluguel de máquinas e equipamentos que servirá de instrumentos para atender parte da infraestrutura do contrato de concessão da investida Via Brasil BR-163. O contrato de arrendamento tem duração de 60 meses com atualização anual do contrato pelo índice do IPCA. Não houve amortização pois o contrato foi firmado ao final de dezembro de 2021.

## 16.1.1 Movimentação do direito de uso

	31/12/2021					Direito de uso líquido em 31/12/2020
	Incorporação de ativos - nota 1.1	Novos Contratos	Baixas	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final	
Direito de uso - Built to sult (a)	14.274	-	-	(1.654)	12.620	
Direito de uso - Built to sult (b)	-	19.829	-	(282)	19.547	
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (c)	-	-	55.584	-	55.584	
Direito de uso - Outros arrendamentos	1.943	8.397	2.014	(764)	(256)	
	<b>16.217</b>	<b>28.226</b>	<b>57.598</b>	<b>(764)</b>	<b>99.085</b>	

	31/12/2020				Direito de uso líquido em 31/12/2019
	Novos contratos	Amortização do exercício	Baixas	Direito de uso líquido final	
Direito de uso - Built to sult (a)	15.763	-	(1.489)	14.274	
Direito de uso - Outros arrendamentos	1.977	654	(688)	1.943	
	<b>17.740</b>	<b>654</b>	<b>(2.177)</b>	<b>16.217</b>	

## 16.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Passivo de arrendamentos - Built to sult (a)	Circulante	Passivo de arrendamentos - Built to sult (b)
Passivo de arrendamentos - Built to sult (a)		1.746		1.072
Passivo de arrendamentos - Built to sult (b)		7.041		7.041
Passivo de arrendamentos - Máquinas e Equip. (c)		9.850		9.850
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos		2.624		649
		<b>21.261</b>		<b>1.721</b>

	31/12/2021		31/12/2020	
	Não circulante	Passivo de arrendamentos - Built to sult (a)	Não circulante	Passivo de arrendamentos - Built to sult (b)
Passivo de arrendamentos - Built to sult (a)		11.153		11.354
Passivo de arrendamentos - Built to sult (b)		8.021		8.021
Passivo de arrendamentos - Máquinas e Equip. (c)		45.734		45.734
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos		9.278		1.465
		<b>74.186</b>		<b>12.819</b>

**95.447** **14.540**

## 16.2.1 Movimentação passivo de arrendamentos

	Saldo em 31/12/2020	Incorporação de ativos - nota 1.1	Novos Contratos	Juros e Ajuste a Valor Presente	(-) Pagamentos principal	(-) Pagamentos Juros	Atualizações / (-) Baixas	Saldo em 31/12/2021
	Built to sult (a)	12.426	-	-	1.997	(718)	(806)	-
Built to sult (b)	-	15.669	-	-	(467)	(140)	-	15.062
Máquinas e Equip. (c)	-	-	55.585	-	-	-	-	55.585
Outros arrendamentos	2.114	9.453	1.908	437	(971)	(232)	(808)	11.901
	<b>14.540</b>	<b>25.122</b>	<b>57.493</b>	<b>2.434</b>	<b>(2.156)</b>	<b>(1.178)</b>	<b>(808)</b>	<b>95.447</b>

	Saldo em 31/12/2019	Novos Contratos	Juros e ajuste a valor presente	(-) Pagamentos principal	(-) Pagamentos Juros	Atualizações (reversões)	Saldo em 31/12/2020
	Built to sult	12.320	-	-	(412)	(621)	1.139
Outros arrendamentos	2.062	654	339	(692)	(194)	(55)	2.114
	<b>14.382</b>	<b>654</b>	<b>339</b>	<b>(1.104)</b>	<b>(815)</b>	<b>1.084</b>	<b>14.540</b>

## 16.3. Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IRFS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

Fluxo de Caixa	31/12/2021		31/12/2020	
	Nominal	Ajuste a Valor Presente	Nominal	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	114.823	19.375	21.517	6.977
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	10.621	1.792	1.990	645
	<b>125.444</b>	<b>21.167</b>	<b>23.507</b>	<b>7.622</b>

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Rúbricas	31/12/2021	2022	2023	2024	Após 2024
<b>Passivo de arrendamentos</b>					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	95.447	81.035	55.613	38.082	21.879
Fluxo com projeção de inflação	95.447	81.526	57.370	41.247	23.316
<b>Varição</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,61%</b>	<b>3,16%</b>	<b>8,31%</b>	<b>6,57%</b>
<b>Direito de uso líquido - Saldo final</b>					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	99.085	73.502	48.127	32.761	30.340
Fluxo com projeção de inflação	99.085	77.839	52.942	34.927	22.325
<b>Varição</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,90%</b>	<b>10,00%</b>	<b>6,61%</b>	<b>-26,42%</b>
<b>Despesa financeira</b>					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(19.375)	(5.736)	(3.866)	(2.341)	(1.615)
Fluxo com projeção de inflação	(19.375)	(6.401)	(4.621)	(2.994)	(2.213)
<b>Varição</b>	<b>0,00%</b>	<b>11,58%</b>	<b>19,51%</b>	<b>27,89%</b>	<b>37,09%</b>
<b>Despesa de depreciação</b>					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(11.116)	(25.523)	(25.375)	(15.316)	(14.247)
Fluxo com projeção de inflação	(11.116)	(25.556)	(25.965)	(16.139)	(15.252)
<b>Varição</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,13%</b>	<b>2,32%</b>	<b>5,37%</b>	<b>7,05%</b>

A Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

## 16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	8.345	8.803
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	16.956	22.122
Fornecedores - Rodovias	-	-	16.25	

Mútuo - IPCA + 15%	jun/22	18,61%	2.499	-	2.137	1.808	
Debentures Públicas Águas de Itapema - IPCA + 7,06%	out/27	10,42%	12.364	82.928	11.309	84.096	
Debentures Públicas Sanesalto - CDI + 4%	dez/26	6,11%	7.311	35.835	6.752	42.513	
Debentures Públicas CONASA SPE - IGPM + 8,75%	jun/24	28,26%	-	-	3.015	7.186	
Debentures Públicas MT-320 - IPCA + 6,20%	dez/36	16,20%	3.559	128.101	-	-	
Debentures Públicas MT-246 - CDI + 2,70%	jan/23	6,17%	-	63.871	-	-	
Debentures - 1ª emissão - DI + 4,50%	jun/26	10,93%	14.661	87.814	-	-	
			<b>40.394</b>	<b>398.549</b>	<b>23.213</b>	<b>135.603</b>	
<b>Arrendamentos mercantis financeiros</b>							
Finame - PRE	Diversos	3,15%	-	145	228	266	
Finame - IPCA + 1,89% (Sanetrat)	set/25	6,41%	101	1.901	25	1.021	
			<b>101</b>	<b>2.046</b>	<b>253</b>	<b>1.287</b>	
			<b>77.719</b>	<b>479.541</b>	<b>57.543</b>	<b>180.480</b>	

**18.2. Amortização de empréstimos e financiamentos**

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2021	-	-	31.665	57.543
2022	49.015	77.719	5.438	39.990
2023	22.358	140.373	1.080	30.888
2024	22.358	76.529	-	29.557
2025	22.358	74.575	-	24.376
2026	20.885	72.879	-	55.669
Após 2026	-	115.185	-	-
<b>Total</b>	<b>136.974</b>	<b>557.260</b>	<b>38.183</b>	<b>238.023</b>
Circulante	49.015	77.719	31.665	57.543
Não circulante	87.959	479.541	6.518	180.480
	<b>136.974</b>	<b>557.260</b>	<b>38.183</b>	<b>238.023</b>

**18.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>38.183</b>	<b>238.023</b>
Incorporação de ativos - (nota 1.1)	931	133.869
Captações	138.627	259.198
( - ) Pagamentos do principal	(42.559)	(86.703)
( - ) Pagamentos de juros	(3.604)	(26.365)
Provisão de juros	7.583	42.376
( - ) Custo de captação	(2.382)	(3.966)
( + ) Amortização do Custo de captação	195	828
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>136.974</b>	<b>557.260</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.578</b>	<b>191.063</b>
Captações	34.800	58.717
( - ) Pagamentos do principal	(3.088)	(21.033)
( - ) Pagamentos de juros	(1.195)	(13.474)
Provisão de juros	2.088	22.313
( - ) Custo de captação	-	(131)
( + ) Amortização do Custo de captação	-	568
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>38.183</b>	<b>238.023</b>

**18.4. Garantias dadas**

As debêntures de emissão de coligadas e controladas estão garantidas por cessão fiduciária dos recebíveis das SPEs, alienação fiduciária das ações das SPEs, e eventualmente aval da Companhia como acionista, além de aplicações financeiras como contas reservas.

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária de Recebíveis	Alienação Fiduciária de Ações	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Águas de Itapema	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Sanesalto	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Não	3 Parcelas Vincendas
Sanema	Totalidade dos direitos do contrato de locação	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas
Via Brasil MT-320	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas
Via Brasil MT-246	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Conasa Infraestrutura	Totalidade dos direitos creditórios da Conasa, Consócio FEC e Alegrete.	100% das ações de subsidiárias da Conasa	Não	Não

O financiamento da Sanema, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, tem como garantia fianças bancárias com Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Os bancos fiadores detêm como garantias alienação fiduciária das cotas da Sanema, cessão fiduciária dos recebíveis do contrato de locação e garantia fidejussória solidária dos acionistas, incluindo a Companhia. Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados. Foram captados recursos para capital de giro pela controladora através dos Bancos Santander e Sicoob, esse com garantia fidejussória de pessoa física.

**17.5. Debêntures - Águas de Itapema (2a emissão)**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2019, foi deliberada e aprovada a 2ª emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 100 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais. A remuneração pactuada para as debêntures é de IPCA + 7,07% a.a., em 17 (dezessete) parcelas semestrais, com vencimento todo dia 15 de abril e outubro de cada ano, iniciando em 15 de outubro de 2019 e com vencimento em 15 de outubro de 2027.

**17.5.1. Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”**

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) manutenção a partir da data base de dezembro de 2019, de índice de liquidez corrente acima de 1,00 e índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,2 , os quais causarão vencimento antecipado com descumprimentos por 2 anos consecutivos ou 3 alternados; (ii) distribuição de dividendos acima do mínimo legal somente com índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,7; (iii) vedação de captação de novas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas não financeiras. Cumpriu também com o índice ICSD em 1,29, assim como cumpriu com o índice de liquidez corrente encerrando em 1,28. A Companhia não obteve penalidade com vencimento antecipado no encerramento do exercício de 2020, onde não cumpriu com o índice de liquidez encerrando com número inferior a 1%, pois o vencimento antecipado se dará no não cumprimento dos índices em dois anos consecutivos ou por 3 anos alternados.

**18.6 Debêntures - Sanesalto (3a emissão)**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

**18.6.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”**

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplimento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os covenants financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,3 (um virgula três inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender a estes índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia cumpre integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 1,12 (um virgula doze) (1 inteiro em 2020) e o ICSD de 1,21 (um virgula vinte e um) (1,47 em 2020).

**18.7 Debêntures - Conasa-SPE S.A. (1ª emissão)**

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures eram da espécie quirografia (sem preferência) e não possuíam covenants. Elas estavam garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2018, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R\$ 1 cada.

A remuneração das debêntures era de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida era de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024, porém as mesmas foram resgatadas em 31 de agosto de 2021.

**18.8 Debêntures – Conasa infraestrutura (1ª emissão)**

Em 30 de julho de 2021 foi realizada a primeira emissão de 100 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000 sob a forma escritural, com prazo de 5 anos e taxa vinculada a variação do DI somada a um spread de 4,5% a.a. As debêntures são da espécie quirografia (sem preferência). As debêntures são garantidas por fiança e possuem covenants.

**18.8.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”**

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplimento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) liquidação, dissolução ou decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social. Os covenants financeiros serão medidos através das demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2021, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deverá ser superior a 1,3 (um virgula três inteiros) e a dívida líquida/EBITDA que não deve ser igual ou superior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

Em 31 de dezembro de 2021 a Conasa Infraestrutura S.A. cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com o ICSD de 1,47 (um virgula quarenta e sete inteiros) e a dívida líquida/EBITDA de 9,99 (nove virgula noventa e nove inteiros).

**18.9 Debêntures – Via Brasil MT-320 (3ª emissão)**

Em 7 de junho de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios de 6,20%, sendo atualizados mensalmente pelo IPCA, com vigência de 15 (quinze) anos, e serão amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 15 de dezembro de 2036, podendo ser pré-quitada com financiamento de longo prazo.

**18.9.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”**

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplimento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Os covenants financeiros previstos na terceira emissão de debêntures serão apurados pela Emissora anualmente a partir do exercício de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Emissora no encerramento de cada exercício social, sendo: não atingimento da Emissora do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) nas seguintes hipóteses: (a) em qualquer medição, se inferior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos), ou (b) em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas o ICSD seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) e inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não realizou medições relacionadas a covenants financeiros, pois na escritura de emissão das debêntures a exigência é a partir do encerramento do exercício de 2022.

**18.10 Debêntures – Via Brasil MT-246 (1ª emissão)**

Em 1 de dezembro de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de 65.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie qui-

rografia com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 65.000 (sessenta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,70% a.a. Possui vencimento em parcela única, com vencimento em 1 de junho de 2023.

**18.10.1 Condições Restritivas não Financeiras – “Covenants”**

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplimento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Não há covenants financeiros vinculados a emissão das debêntures.

**19. Encargos tributários a pagar**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS a recolher	-	6
Retenção de impostos	579	56
Impostos de renda e contribuição social	-	9
ISS a recolher	-	350
	<b>579</b>	<b>71</b>
		<b>1.137</b>
		<b>3.745</b>
		<b>4.070</b>
		<b>350</b>
		<b>25</b>
		<b>9.302</b>
		<b>11.226</b>

**20. Salários e encargos sociais a pagar**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos sociais	264	179
Férias e encargos sociais	255	209
Outros	50	43
	<b>569</b>	<b>431</b>
		<b>1.706</b>
		<b>2.197</b>
		<b>148</b>
		<b>130</b>
		<b>3.428</b>

**21. Impostos e contribuições parcelados**

a) **Composição**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Parcelamento previdenciário	120	107
Parcelamento federal (c)	240	217
Parcelamento PRT/PERT (a)	62	56
Parcelamento municipal (b)	392	351
	<b>814</b>	<b>731</b>
<b>Não circulante</b>		
Parcelamento previdenciário	115	218
Parcelamento federal (c)	255	459
Parcelamento PRT/PERT (a)	408	321
Parcelamento municipal (b)	-	453
	<b>778</b>	<b>1.451</b>
	<b>1.592</b>	<b>2.182</b>
		<b>47.345</b>
		<b>47.021</b>

b) **Amortização por ano de vencimento:**

Ano de Vencimento	Consolidado
2022	16.498
2023	11.762
2024	8.342
2025	4.519
2026	3.222
Após 2026	3.002
	<b>47.345</b>

(a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017. Optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Foram incluídas dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de atuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Com publicação da MP 783 instituindo o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas. Somente a investida Águas de Itapema permaneceu no PRT liquidando o valor total no início do segundo semestre de 2019.

(b) Refere-se ao ISS devido dos investimentos de 2008 e 2009 em que a Águas de Itapema não realizou o devido recolhimento, sob a ótica de empresas de saneamento serem isentas e foi atuada, perdendo o processo judicial em 2020. Com o advento do REFIS da lei nº 3.998, de 22 de junho de 2020 da prefeitura da cidade de Itapema, a Administração decidiu aderir ao parcelamento no montante de R\$ 6.379 em 24 parcelas consecutivas com redução de 50% nas multas e juros.

(c) Os parcelamentos federais compreendem os tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) parcelados da controladora e das investidas aos quais são todos parcelados em 60 parcelas com vencimentos finais a depender da data de adesão, atualizados pela taxa Selic mensalente.

**22. Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são provisionados sobre as receitas de construção já reconhecidas, principalmente nas investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, na constituição dos ativos de contrato de concessão, provisionados na receita de construção, com elegibilidade somente a partir dos respectivos recebimentos ao longo dos contratos de concessão. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

	Consolidado
	31/12/2021
<b>Pis e Cofins diferido</b>	
Pis diferido	3.588
Cofins diferido	16.560
	<b>20.148</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	
Imposto de renda diferido	43.366
Contribuição social diferido	15.630
	<b>58.996</b>

A única natureza dos tributos diferidos constituídos e acima divulgados refere-se ao reconhecimento do ativo de contrato de concessão das investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, onde o respectivo recebimento dos contratos vinculados aos ativos financeiros só ocorrerá em data futura. O aumento nos tributos diferidos a pagar se deve aos avanços das obras de construção de ativos da Sanema.

A controladora é optante pelo regime tributário de lucro real, porém não constitui impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, considerando as suas projeções futuras.

**23. Provisão para contingências**

**23.1. Processos com probabilidade de perda provável**

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para essas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) **Saldos patrimoniais:**

Os saldos de provisão para contingência da Controladora de períodos anteriores foram revertidos durante o exercício de 2021, por não haver mais probabilidade de perdas prováveis dos processos civis, trabalhistas e tributários.

	Controladora	Total
	31/12/2020	31/12/2020
<b>Probabilidade de perda</b>		
Provável		
	<b>Cível</b>	<b>Trabalhista</b>
	10	-
	10	270
		<b>280</b>

	Consolidado	Total
	31/12/2021	31/12/2020
<b></b>		

➤➤➤➤➤➤➤➤

**Ações trabalhistas**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios.

**23.2. Processos com probabilidade de perda possível**

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 9.165 em processos cíveis (R\$ 8.057 em 2020), R\$ 3.572 (R\$ 6.166 em 2020) em processos trabalhistas e R\$ 45.147 (R\$ 32.437 em 2020) em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

Dentre os processos tributários relevantes com risco de perda considerado como remoto está o auto de infração e procedimento fiscal 18088.720066/2018-08, em que a Receita Federal autou a Companhia pelo pagamento a seu diretor presidente em forma de prestação de serviços de pessoa jurídica, no valor de R\$ 3.009.

**24. Patrimônio Líquido**

**24.1. Capital social subscrito e integralizado**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 que era de R\$ 167.338, representado por 167.338 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado e integralizado em 16 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 70.727 pela emissão de 18.593.118 ações ordinárias nominativas ao valor de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) cada pela nova acionista U2S Participações Ltda. Nesta mesma data emitidas e foram integralizadas em dinheiro o valor de R\$ 130.500 representando por 29.931.192 ações nominativas ao valor de R\$ 4,36 (quatro reais e trinta e seis centavos), através da investidora Generate Capital, onde os recursos foram aportados diretamente na controladora da Companhia e na sequência aportados diretamente na Conasa Infraestrutura. Desta forma o novo capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 ficou em R\$ 368.565 representados por 215.862.377 ações nominativas. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Setorial Fundo Invest. em Participações	197.276.626	91,39%	167.338	100%
U2S Participações Ltda	18.593.118	8,61%	-	-
<b>Total</b>	<b>215.862.377</b>	<b>100%</b>	<b>167.338</b>	<b>100%</b>

Durante o processo de entrada do acionista U2S Participações Ltda, assim como a investidora Generate Capital através da Controladora, houve gastos com emissão de ações onde devem ser reclassificados em conta redutora dentro do capital social, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	368.565	167.338
(-) Gastos de transação na emissão de ações	(8.075)	-
<b>Total</b>	<b>360.490</b>	<b>167.338</b>

**24.2. Reserva de retenção de lucros**

Em 31 de dezembro de 2021, conforme a lei 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção de parcela do lucro excedente à constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R\$ 89.316 (R\$ 17.367 em 31 de dezembro de 2020) que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

Durante o exercício de 2021, a Companhia pagou os dividendos de 2020 no montante de R\$ 914 e R\$ 10.685 que estava a disposição da Assembleia Geral, assim como em 22 de maio de 2021 a Companhia distribuiu dividendos in-natura através de Cédulas de Crédito Bancário de sua investida Sanetran no valor de R\$ 31.689, restando saldo em reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 109.697 (R\$ 62.755 em 31 de dezembro de 2020).

**24.3. Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R\$ 4.948 (R\$ 962 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha um saldo acumulado de R\$ 8.561 (R\$ 3.613 em 2020). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

**24.4. Dividendos mínimos obrigatórios**

A Controladora reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2021, conforme prevê o artigo 30 do estatuto social, no montante de R\$ 4.701 (R\$ 914 em 2020). Foi antecipado o valor de R\$ 950 durante o exercício de 2021, conforme prevê o estatuto. Desta forma o saldo a pagar de dividendos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.750 (R\$ 914 em 31 de dezembro de 2020) correspondente a R\$ 0,6286 (seis mil duzentos e oitenta e seis décimos de milésimo de reais) por ação em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0,1150 (mil cento e cinquenta décimos de milésimo de real) por ação em 31 de dezembro de 2020). Além do saldo a pagar de dividendos propostos pela Controladora o Grupo mantém saldo de R\$ 6,286 (R\$ 5,018 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado de não controladores.

**24.5. Ajuste de avaliação patrimonial**

Em 26 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da controlada Sanesul em R\$ 13.824, alterando sua participação nesta sociedade de 83,7% para 89,91%, como não houve aumento proporcional pelo acionista não controlador, essa operação gerou uma transação de capital no montante de R\$ 2.505, que fora contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2021 em decorrência da incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. na investida Sanema houve o reconhecimento da variação do ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 9.130. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém saldo de R\$ 6.625 ((R\$ 2.505) em 31 de dezembro de 2020) de ajuste de avaliação patrimonial.

**24.6. Ágio na emissão de ações**

Em 16 de dezembro de 2021 com a incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. nas investidas Luz de Belém, MT-100, MT-320 e MT-246 houve ágio na emissão de ações no valor de R\$ 16.914.

**24.7. Participação de não controladores**

Em 1º de dezembro de 2021 com a incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. nas investidas Sanema, Luz de Belém, MT-100, MT-320 e MT-246 houve a reversão de participação de não controladores correspondente aos percentuais das empresas das empresas que já consolidavam e um acréscimo das que não consolidavam no valor líquido de R\$ 39.809. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, o saldo de participação de não controladores da Companhia encerrou em R\$ 229.917 (R\$ 92.887 em 2020).

**25. Resultado por Ação**

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>193.481</b>	<b>57.746</b>
Lucro atribuído a não controladores	94.516	38.503
<b>Resultado atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>98.965</b>	<b>19.243</b>

**LUCRO POR AÇÕES**

Média ponderada das ações	171.381.760	167.338.034
<b>Lucro básico por ação (em Reais)</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,1150</b>

**Diluído:** A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41/IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2021		31/12/2020	
Quantidade de ações	Avos	Quantidade de ações	Avos	
	167.338.067	11/12	167.338.067	12/12
	215.862.377	01/12	-	-

Média ponderada de ações 171.381.760 Média ponderada de ações 167.338.067

**Lucro básico por ações (em reais) 0,5775 Lucro básico por ações (em reais) 0,1150**

**26. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de serviços (Saneamento)	-	-	101.565	90.181
Receita bruta de serviços (Energia)	-	-	31.230	48.121
Receita bruta de serviços (Rodovias)	-	-	7.855	-
Receita de obras de engenharia e serviços	4.461	113	33.896	45.579
Remuneração do ativo de contrato (a)	-	-	29.958	19.829
Receita de construção (Saneamento) (b)	-	-	7.626	19.600
Receita de construção (Saneamento - ATF) (c)	-	-	255.504	70.377
Receita de construção (Energia) (b)	-	-	7.201	10.479
Receita de construção (Rodovia) (b)	-	-	8.033	-
Receita de locação de veículos e equipamentos	497	371	154	28
Cancelamentos	-	-	(5.649)	(4.960)
Impostos sobre prestação de serviços	(623)	(23)	(25.652)	(16.614)
	<b>4.335</b>	<b>461</b>	<b>451.721</b>	<b>282.620</b>

(a) Receita de remuneração do ativo de contrato de concessão é reconhecida sobre a correção monetária dos saldos dos investimentos realizados ao longo contrato, sendo parte constante no ativo a receber ao longo dos contratos de Parcerias Público Privadas das investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações através das contraprestações.

(b) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento, energia e rodovias.

(c) Receita de construção reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos.

**27. Custos dos serviços prestados**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos com pessoal	-	-	(11.915)	(10.464)
Custos com materiais e insumos	-	-	(11.270)	(9.122)
Custos com produtos químicos	-	-	(2.010)	(2.002)
Custos com serviços de terceiros	-	-	(10.917)	(12.908)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(16.375)	(12.816)
Custos com energia elétrica	-	-	(21.021)	(18.676)
Custos com construção - Saneamento (a)	(6.624)	(192)	(14.250)	(19.600)
Custos com construção - Energia (a)	-	-	(7.201)	(10.479)
Custos com construção - Rodovias (a)	-	-	(8.032)	-
Custos com construção - Saneamento (b)	-	-	(106.262)	(34.499)
	<b>(6.624)</b>	<b>(192)</b>	<b>(209.253)</b>	<b>(130.566)</b>

(a) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento, energia e rodovias.

(b) Custo de construção reconhecido pelos investimentos realizados na construção de ativos de saneamento.

**28. Despesas gerais, administrativas e comerciais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Despesas Administrativas</b>				
Com pessoal	(4.160)	(3.318)	(9.795)	(7.922)
Com serviços de terceiros	(12.236)	(6.434)	(24.941)	(16.414)
Com viagem	(360)	(402)	(1.046)	(864)
Com locação	(418)	(349)	(864)	(830)
Energia elétrica	(122)	(111)	(677)	(505)
Com depreciação e amortização	(168)	(107)	(1.433)	(1.472)
Despesas com informática	(929)	(754)	(1.443)	(716)
Despesas tributárias	(14)	(21)	(320)	(338)
Multas fiscais indedutíveis	(2)	(1)	(9)	(17)
Serviços de agentes fiduciários	(798)	(570)	(4.165)	(3.947)
Publicações legais	(250)	(138)	(496)	(415)
Outras despesas	(634)	(552)	(2.637)	(2.323)
	<b>(20.091)</b>	<b>(12.757)</b>	<b>(47.826)</b>	<b>(35.763)</b>
<b>Despesas Comerciais</b>				
Com pessoal	(7)	(39)	(1.342)	(1.404)
Propaganda e publicidade	(240)	(66)	(890)	(833)
Provisão estimada p/ créditos liquidação	-	-	(207)	(6.814)
Com depreciação e amortização	-	-	(41)	(44)
Perdas de títulos incobráveis	-	-	(5)	(29)
Outras despesas	(63)	(5)	(777)	(685)

(310)	(110)	(11.262)	(9.809)
(20.401)	(12.867)	(59.088)	(45.572)

**29. Outras receitas (despesas), líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Outras receitas</b>				
Serviços administrativos compartilhados (a)	11.565	10.069	1.274	728
Despesas recuperadas (b)	541	304	1.099	1.286
Ganhos com investimentos (c)	339	-	339	1.831
Ganho na remensuração da participação societária detida anteriormente ao valor justo (e)	57.360	-	57.360	-
Outras receitas não operacionais	24	74	125	737
	<b>69.829</b>	<b>10.447</b>	<b>60.197</b>	<b>4.582</b>
<b>Outras despesas</b>				
Perdas com investimentos (d)	(9.308)	(4.194)	(6.196)	(4.194)
Reversão(provisão) para contingências	280	-	(255)	-
Multas	(1)	(20)	(900)	(1.260)
Passivos tributários de períodos anteriores	-	-	(1.581)	(1.918)
Despesas com Projetos e Viabilidade econômica (f)	-	-	(4.284)	-
Outras despesas	(2)	(1)	(128)	(27)
	<b>(9.031)</b>	<b>(4.215)</b>	<b>(13.344)</b>	<b>(7.399)</b>
	<b>60.798</b>	<b>6.232</b>	<b>46.853</b>	<b>(2.817)</b>

(a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, dessa forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.

(b) Referem-se às despesas recuperadas pela Controladora reconhecidas dentro do exercício de 2020 e 2021.

(c) A Companhia reconheceu o ganho com o investimento na investida Urbeluz referente ao Consórcio Caraguá a qual esta tem participação de 55% referente ao exercício de 2020.

(d) As perdas com investimentos referem-se à baixa de investimentos de Águas de Santo Antônio no montante de R\$ 5.771 (R\$ 4.194 em 2020). Foi realizado a baixa por impairment no valor de R\$ 425 sobre os MIP (manifestação de Interesse Público) com o projeto da cidade de Rio das Ostras na investida Urbeluz, o qual não há evidências de realização.

(e) Conforme descrito na nota 12.d, com a conclusão da incorporação dos Ativos da Zetta Participações S.A. e com a aquisição do controle das investidas aos quais a Conasa Infraestrutura já participava, foi contratado consultoria independente para elaboração do PPA "Purchase Price Allocation" ou alocação do preço de compra, onde foram identificadas e reconhecidos ganhos na remensuração da participação societária anteriormente detida ao valor justo na data da aquisição. Das participações adquiridas pela Conasa Infraestrutura não foram considerados o ativo da ASB Ativos de Saneamento S.A. pois a Companhia já detinha o controle.

(f) Em virtude da estruturação e viabilidade do projeto de concessão, mesmo anteriormente ao processo de leilão na Bolsa de Valores (B3) até a constituição da Via Brasil BR-163, os acionistas mantiveram despesas pré-operacionais os quais decidiram reconhecer os gastos que posteriormente seriam integralizados ao capital social de acordo com sua proporção de ações no montante de R\$ 4.284.

**30. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures	(5.050)	(484)	(30.350)	(18.143)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.470)	(704)	(12.025)	(3.987)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(2.434)	(1.402)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(104)	(49)	(2.146)	(5.079)
Outros Juros tributários	(16)	(10)	(1.404)	(945)
Despesas bancárias	(49)	(3)	(873)	(804)
Custo de captação de empréstimos	(195)	-	(828)	(568)
Custo financeiro de estruturação de dívida	-	-	(52)	-
Outras despesas financeiras	(449)	(221)	(724)	(33)
	<b>(8.333)</b>	<b>(1.471)</b>	<b>(50.836)</b>	<b>(30.971)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicação	290	38	1.977	531
Juros sobre faturamento	15	-	999	595
Descontos obtidos (a)	2	-	59	44
juros e atualização monetária sobre ativo financeiro	-	-	48.056	6.109
Rendimentos sobre títulos de dívida	5.848	5.024	3.996	589
Outras receitas financeiras	6	5	123	530
	<b>6.161</b>	<b>5.067</b>	<b>55.210</b>	<b>8.398</b>
	<b>(2.172)</b>	<b>3.596</b>	<b>4.374</b>	<b>(22.573)</b>

(a) Em 30 de agosto de 2021, foi efetuado o resgate antecipado das debêntures emitidas pela investida Conasa SPE. Mediante o resgate antecipado foi obtido o desconto dos juros no montante de R\$ 2.048.

**31. Impostos de Renda e Contribuição Social (reconciliação)**

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do Lucro Real e pelo regime de Lucro Presumido. Na opção pelo Lucro Real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo do lucro real, e na apuração do Lucro Presumido é utilizada a presunção de 32%, exceto nos casos de obras por empreitada global com alíquota de 8% para IRPJ e 12% para CSLL, e a apuração é realizada conforme a legislação tributária dos tributos do ano corrente. Abaixo a reconciliação do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro real</b>				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	147.633	-	(12.108)	6.548
(-)Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(744)	(10.610)
<b>Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>147.633</b>	<b>-</b>	<b>(12.852)</b>	<b>(4.062)</b>
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(50.195)	-	(4.370)	2.226

previstos para início de arrecadação em outubro de 2022, assim como as rodovias do Mato Grosso, onde a Via Brasil MT-246 tem início previsto para arrecadação de pedágios a partir de abril/2022. O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat. As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico. As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela administração, correspondente as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

	Receitas líquidas		Resultado operacional	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saneamento Básico	347.517	169.176	210.966	52.552
Iluminação Pública	83.464	107.292	23.667	49.662
Rodovias	15.264	-	(4.357)	-
Saneamento Ambiental	5.778	6.152	1.155	625
Outros	(302)	-	3.371	1
<b>Total</b>	<b>451.721</b>	<b>282.620</b>	<b>234.802</b>	<b>102.840</b>

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saneamento Básico	(13.153)	(11.404)	981.147	521.163
Iluminação Pública	(1.400)	(1.592)	202.786	152.100
Rodovias	(2.289)	-	427.917	-
Saneamento Ambiental	(1.001)	(1.174)	9.107	12.941
Outros	(5)	(17)	-	31.689
<b>Total</b>	<b>(17.848)</b>	<b>(14.187)</b>	<b>1.620.957</b>	<b>717.893</b>

### 33. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Durante o exercício de 2021 e início de 2022, e vigentes até as datas variáveis em 2022, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado e seus contratos de PPP e concessões. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat	1.600	-
Águas de Itapema	45.883	22.458
Urbeluz	52.487	-
Luz de Belém	74.424	-
Sanesalto	25.600	6.000
Sanema	8.654	-
CaraguaLuz	41.875	-
Alegrete	10.374	-
Via Brasil MT-100	53.040	-
Via Brasil MT-320	75.820	-
Via Brasil MT-246	75.820	-
Via Brasil BR-163	1.006.000	99.776
	<b>1.397.153</b>	<b>128.234</b>

### 34. Instrumentos financeiros

#### 34.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

#### 34.2. Qualidade dos créditos de ativos financeiros

A administração da Companhia julga que seus créditos de instrumentos financeiros são considerados prováveis de recebimentos, uma vez que na maioria são com órgãos públicos ligados a concessões ou contratos de parcerias público privado.

#### 34.3. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da Covid-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

Ativo financeiros (*)	Categoria	Controladora	
		31/12/2021 Valor contábil	31/12/2020 Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	107.338	1.629
Contas a receber	Custo amortizado	1.672	1.825
Partes relacionadas	Custo amortizado	43.701	16.106
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	21.325	18.087

#### Passivos financeiros

Fornecedores	Custo amortizado	2.957	929
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	136.974	38.183
Partes relacionadas	Custo amortizado	42.553	15.994

	Consolidado	
	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2020 Valor contábil
Ativo financeiro (*)	242.692	29.638
Caixa e equivalentes de caixa	242.692	29.638
Contas a receber	24.691	27.646
Ativo de contrato	554.010	234.710
Partes relacionadas	39.890	31.823
Títulos de valores mobiliários	54.525	34.915

#### Passivos financeiros

Fornecedores	Custo amortizado	84.478	32.143
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	557.260	238.023
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	95.447	14.540
Partes relacionadas	Custo amortizado	3.158	6.892

### 34.4. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) **Risco de mercado - Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de financiamentos vinculados ao CDI e receitas vinculadas à inflação, ou aplicações financeiras vinculadas ao CDI e financiamentos vinculados à inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) B3. Dessa maneira, no único cenário apresentado como provável, identificou-se que não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade demonstrando dois cenários de risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% e o segundo com 50%.

Instrumentos Financeiros	Risco	Taxa de Juros	Projeção de mercado			
			Saldo Total em 31/12/2021	Provável cenário	Cenário I	Cenário II
<b>Ativo financeiro</b>			<b>297.217</b>	<b>312.804</b>	<b>371.521</b>	<b>445.826</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Redução taxa do CDI	4,98%	242.692	254.778	303.365	364.038
Títulos de valores mobiliários	Redução taxa do CDI	6,42%	54.525	58.026	68.156	81.788
<b>Passivo financeiro</b>						
CCB Capital de giro - (SICOOB)	Aumento na taxa CDI	7,02%	9.481	10.147	11.851	14.222
CCB Capital de giro - (ABC)	Aumento na taxa CDI	9,15%	14.075	15.363	17.594	21.113
CCB Capital de giro - (BB)	Aumento na taxa CDI	7,17%	8.299	8.894	10.374	12.449
Financiamento aquisição de mercadorias	Aumento na taxa CDI	6,00%	3.687	3.908	4.609	5.531
Capital de giro -	Aumento na taxa CDI	4,50%	609	636	761	914
BNB	Aumento na taxa IPCA	6,61%	80.019	85.308	100.024	120.029
Passivo de arrendamento	Aumento na taxa IPCA	10,06%	95.447	105.049	119.309	143.171
<b>Debêntures</b>						
Mútuo	Aumento na taxa IPCA	18,61%	2.499	2.964	3.124	3.749
Debentures Públicas Águas de Itapema	Aumento na taxa IPCA	10,42%	95.292	105.221	119.115	142.938
Debentures Públicas Sanesalto	Aumento na taxa CDI	6,11%	43.146	45.782	53.933	64.719
Debentures Públicas MT-320	Aumento na taxa IPCA	16,20%	131.660	152.989	164.575	197.490
Debentures Públicas MT-246	Aumento na taxa CDI	6,17%	63.871	67.812	79.839	95.807
Debentures - 1ª emissão	Aumento na taxa CDI	10,93%	102.475	113.676	128.094	153.713
<b>Arrendamentos mercantis financeiros</b>						
Finame - PRÉ			145	145	181	218
Finame			1.901	2.002	2.376	2.852

### Exposição da dívida

#### Efeito Líquido - Perda

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

(b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito com clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem base de clientes difusa com receita vinculada em grande parte às tarifas de prestação de serviços vinculadas às concessões e PPPs;

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

	Controladora					
	31/12/2021 Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	2.957	3.091	2.957	-	-	-
Capital de Giro - DI	31.855	33.295	31.855	-	-	-
Debêntures 1ª emissão	102.475	107.107	14.516	22.358	22.358	20.885
Debêntures privadas	2.499	2.612	2.499	-	-	-
Finame - PRÉ	145	152	145	-	-	-
Partes relacionadas	43.701	45.676	9.733	16.984	16.410	-
	<b>183.632</b>	<b>191.932</b>	<b>61.705</b>	<b>39.342</b>	<b>38.768</b>	<b>20.885</b>

	Controladora				
	31/12/2020 Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	929	971	971	-	-
Cédulas de Créditos Bancários	3.117	3.258	3.258	-	-
Capital de Giro (CCB)	20.453	21.520	21.520	-	-
Capital de Giro - DI	10.174	10.811	10.811	4.444	-
Debêntures Privadas	3.945	4.234	4.234	2.605	-
Finame - PRÉ	494	512	512	244	40
Partes relacionadas	15.994	16.717	12.120	4.597	-
	<b>55.106</b>	<b>58.023</b>	<b>46.892</b>	<b>11.890</b>	<b>40</b>

	Consolidado					
	31/12/2021 Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	84.478	92.976	92.976	-	-	-
Debêntures	438.943	483.101	40.394	119.930	56.100	166.419
Finame	2.147	2.363	2.002	145	-	-
Capital de Giro	116.170	127.857	35.323	20.919	20.904	20.075
Passivo de arrendamentos	39.863	43.873	11.411	12.561	4.670	3.317
Partes relacionadas	10.288	11.323	10.215	73	-	-
	<b>691.889</b>	<b>761.493</b>	<b>192.321</b>	<b>153.628</b>	<b>81.674</b>	<b>194.398</b>

	Consolidado					
	31/12/2020 Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	32.143	33.596	33.596	-	-	-
Debêntures	158.816	165.321	23.213	24.153	25.655	65.885
Finame	1.540	1.641	253	316	385	347
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	3.117	3.568	3.568	-	-	-
Capital de Giro	70.784	72.345	68.082	2.842	1.421	-
Passivo de arrendamentos	14.540	19.395	3.511	3.400	2.901	7.079
Partes relacionadas	6.890	7.201	6.706	495	-	-
	<b>287.830</b>	<b>303.067</b>	<b>138.929</b>	<b>31.206</b>	<b>30.362</b>	<b>73.311</b>

#### (d) Risco de taxa de câmbio:

A Companhia não atua com instrumentos financeiros atrelados a moedas estrangeiras. Dessa forma, a administração julga não ter riscos relacionadas a variações de taxas de câmbio.

(e) **Gestão de capital:** A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2021	31/12/2020
A - Total de empréstimos, financiamento, debêntures e passivo de arrendamentos	652.707	252.563
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (nota 3)	297.217	29.638
C = (A - B) - Dívida líquida	355.490	222.925
D = Total do patrimônio líquido	732.204	324.088
E = (C + D) - Capital total	1.087.694	547.013
C/E = Índice de alavancagem financeira	32,7%	40,8%

### 35. Compromissos vinculados aos contratos de concessão (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem alguns principais compromissos vinculados aos contratos de concessão, conforme segue:

- A Companhia Águas de Itapema tem o compromisso de investimentos entre 2016 e o final da concessão de R\$ 510 milhões, sendo investimentos em água de R\$ 165 milhões e investimentos em esgoto de mais de R\$ 335 milhões, conforme planos de investimentos definidos no Plano Municipal de Saneamento e no Contrato de Concessão. Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia já havia investido R\$ 222.835.
- Sanesalto concluiu os investimentos previstos na concessão, restando apenas a operação do sistema até 2032. Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia já havia investido R\$ 72.487 no sistema de tratamento de esgoto.
- Sanema tem como compromisso de investimento a execução de Estação de Tratamento de Esgoto e rede de coleta, com as respectivas estações elevatórias de esgoto, na área de atendimento definida pelo contrato com Contrato de Empreitada Global firmado de R\$ 171 milhões até 30 de novembro 2021. Até 31 de dezembro de 2021 a Empresa havia investido R\$ 153.294.
- Caraguá Luz encerrou no início de 2020 a substituição de todas as luminárias existentes por luminárias LED, conforme previsto no contrato de PPP em um investimento total de R\$ 57.145 do contrato original. Em 30 de dezembro de 2020, foi firmado o 2º termo de aditivo com investimentos a serem realizados de R\$ 45.129. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia havia investido R\$ 6.550.
- Alegrete RJ Participações S.A. tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2020, além da substituição de tais luminárias num segundo ciclo de investimento entre o ano 11 e 15 (2025 a 2029) do contrato de PPP, com uma previsão de cerca de R\$ 100 milhões em iluminação pública. Estão previstos também investimentos em eficiência energética de prédios públicos e aquisição de equipamentos, que somam cerca de R\$ 22 milhões durante a concessão.
- Luz de Belém tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2021-2022, com uma previsão de cerca de R\$ 80 milhões em iluminação pública. A expectativa é de início dos investimentos até março de 2022.
- Via Brasil MT-100, concessão de 111 km de rodovia por 30 anos, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 10.000. Com a concessão, a rodovia receberá investimentos de R\$ 365 milhões. Até o encerramento do exercício de 2021 a Companhia havia investido R\$ 59.994.
- Via Brasil MT-320/208, concessão dos 188 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 6 milhões. Com a concessão, as rodovias receberão investimentos de R\$ 211 milhões durante o período de investimentos. Até o encerramento do exercício de 2021 a Companhia havia investido R\$ 78.174.
- Via Brasil MT-246, concessão dos 233 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. Não houve pagamento do direito de outorga. Com a concessão, as rodovias receberão investimentos de R\$ 850 milhões durante o período de investimentos. Até o encerramento do exercício de 2021 a Companhia havia investido R\$ 17.300.

### 36. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

A Companhia realizou transação relevante no encerramento do primeiro semestre de 2020 envolvendo investimento e financiamento, que não afetou o caixa, com a investida Via Brasil MT-320, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:

- Integralização de capital social no valor de R\$ 4.800 (quatro mil e oitocentos mil reais) através da assunção de dívidas da 1ª emissão de debêntures de emissão da própria Via Brasil MT-320, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Valores Mobiliários.
- Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou transação relevante no encerramento do exercício envolvendo a controladora e suas investidas que não afetou o caixa, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:
  - Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 (a) os acionistas da Sanetrat deliberaram pela cisão do ativo CCI, onde a controladora Conasa recebeu esse ativo e o distribuiu em forma de dividendos com reserva de retenção de lucros para sua acionista controladora INFRA Setorial FIP, no valor de R\$ 31.689.
  - Ainda na investida Sanetrat na data de 3 setembro de 2021 os acionistas deliberaram pela redução de mais R\$ 3.469 do capital social pela aquisição e entrega de máquinas e equipamentos para a Controladora.
  - Conforme mencionado na nota explicativa 12.b a Urbeluz Energética S.A. efetuou a reversão da distribuição de dividendos provisionados em 2020 no montante de R\$ 2.436, essa transação também não envolveu caixa.
  - Em 30 de dezembro de 2021 a Companhia transformou o AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) da investida Via

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2020.

### Diretoria executiva

- **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto;
- **Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:** Claudio Roberto de Leoni Ramos;
- **Diretor de Operações:** Ricardo Salles de Oliveira Barra;
- 

**Mario Vieira Marcondes Neto**  
Diretor Presidente

**Isaac do Nascimento**  
Contador CRC-PR043806/O-1

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Conasa Infraestrutura S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa Infraestrutura S.A. e da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Combinação de negócio – aquisição da Zetta Infraestrutura S.A. - Notas 1.1, 3.8 e 12

Após cumpridas as condições precedentes, em 30 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu a Zetta Participações S.A., entidade esta, que possuía participações societárias minoritárias nas empresas Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A., Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A., Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias, Luz de Belém S.A. e ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A., sendo que somente deste último ativo, a Companhia possuía controle. A partir dessa data, a Companhia passou a deter o controle sobre todos os demais negócios e consequentemente as empresas se tornaram controladas da Companhia. Para a contabilização da combinação de negócio, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, envolveu julgamentos e estimativas relevantes da administração. Tais julgamentos e estimativas utilizam dados e premissas subjetivas, como previsões de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, entre outros. Os valores preliminares envolvidos, assim como o uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos, podem ter impacto relevante na determinação da alocação do preço de compra. Por isso, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos comparando-as com contratos de concessão da empresa adquirida. Avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócio. Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

### Capitalização de gastos no ativo intangível e ativo de contrato - Notas 3.5.6, 3.5.7 e 3.7 (f)

Os valores registrados como ativo intangível e ativo de contrato referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção vinculado aos contratos de concessão, nos termos da interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Consideramos a capitalização de gastos no ativo intangível e ativo de contrato de concessão como um dos principais assuntos de auditoria uma vez que essas capitalizações podem representar custos não qualificáveis de acordo com as normas contábeis ou que não representem obras efetivamente realizadas de acordo com o contrato de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos no processo, a avaliação dos critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados. Com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, avaliando, também, a natureza e a aplicabilidade dos gastos em obras no contrato de concessão. Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenham proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Maringá, 30 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5  
Adriano Machado  
Contador CRC 1PR042584/O-7

## CONASA INFRAESTRUTURA S A 0804 pdf

Código do documento a196d178-235a-4d84-9cfe-5adfacc0fe18



### Assinaturas



EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S A:77338424000195  
Certificado Digital  
publicidade@folhadelondrina.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 07 Apr 2022, 15:05:54

Documento a196d178-235a-4d84-9cfe-5adfacc0fe18 **criado** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-07T15:05:54-03:00

#### 07 Apr 2022, 15:06:08

Assinaturas **iniciadas** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-07T15:06:08-03:00

#### 07 Apr 2022, 15:17:15

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S A:77338424000195 **Assinou** Email: publicidade@folhadelondrina.com.br. IP: 201.86.106.50 (corporativo.gvt.net.br porta: 51060). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S A:77338424000195. - DATE\_ATOM: 2022-04-07T15:17:15-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):5a787fb9e49359c7fead99cd1b414ae8a64a314c49a074c57f05a4ca2c9262bf  
(SHA512):7aa1b28c037f6cd8514bf994bf40f8aea492496269576a834e1716566e99e58e19b9ac0c3fa316fdbbe332f0e198aaa4849741f9fa5d23a8db8ae5379389a2c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**